**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

CINTHIA RAQUEL DE FRANÇA RODRIGUES

# "VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?": NARRATIVAS DE GOLPE, NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO YOUTUBE

JOÃO PESSOA/PB
FEVEREIRO DE 2023

CINTHIA RAQUEL DE FRANÇA RODRIGUES

# “VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?”: NARRATIVAS DE GOLPE, NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO YOUTUBE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Linha de Pesquisa: Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão.

JOÃO PESSOA/PB
FEVEREIRO DE 2023

**Catalogação na publicação**
**Seção de Catalogação e Classificação**

R696v Rodrigues, Cinthia Raquel de França.
"Vamos falar de história?" : narrativas de golpe, negacionismos e falsificações do conhecimento histórico no youtube / Cinthia Raquel de França Rodrigues. - João Pessoa, 2023.
88 f. : il.

Orientação: Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Arte - Visuais. 2. Ditadura - Civil-Militar. 3. Rede social. 4. Ensino - História. I. Mariano, Nayana Rodrigues Cordeiro. II. Título.

UFPB/BC CDU 7(043)

Elaborado por GRACILENE BARBOSA FIGUEIREDO - CRB-15/794

CINTHIA RAQUEL DE FRANÇA RODRIGUES

**“VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?”: NARRATIVAS DE GOLPE, NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO YOUTUBE**

Aprovada em
**24 de fevereiro de 2023**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Externa

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus, ao universo, as forças da natureza que me fizeram chegar até aqui e concluir essa jornada. Desde meu pai que custeou a inscrição no processo seletivo para o ProfHistória, passando por minha Voinha *(in memoriam)* que sempre acreditou no meu potencial como pessoa e profissional, até minha companheira leal e de quatro patas, Sthephanny.

A minha orientadora, Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano, que carinhosamente chamo "Nayanja" agradeço eternamente. Se consegui chegar aqui foi porque você, incansavelmente, teve olhos para ler e reler tantas vezes esse texto, ouvidos para acolher não apenas as dúvidas e inseguranças acadêmicas, mas meu choro e medo quando enfrentava dores de corpo e alma enquanto tentava realizar o maior sonho da minha vida. Orientando a filha de uma empregada doméstica e de um digitador, você ajudou a realizar algo que não é só meu. Toda a minha admiração, gratidão e respeito, lhe oferto.

Agradeço a Fernando Cauduro Pureza pela leitura atenta da dissertação na etapa do exame de qualificação, aceitando também compor a mesa avaliadora do trabalho final e, sobretudo, pela paciência e recepção do meu trabalho.

Ainda, agradeço à professora Margarida Maria Dias de Oliveira pelas contribuições acadêmicas (leituras, dicas, indicações de bibliografias, entre outras) que, desde a qualificação, aprimoram este trabalho. Apesar de não a conhecer pessoalmente, conheço-a dos livros lidos que tanto me inspiraram.

As minhas amigas-filhas: Bruna e Polly, que foram e são a casa e o apoio que eu procuro quando preciso escrever e a inspiração e o foco fogem. Meu muito obrigada, sem vocês seria impossível conseguir. Agradeço, igualmente, a Walcilene Morais da Silva, Dora de Sá Gallindo, Isabela da Silva Dias, Maria das Graças Justino e tantos que compuseram os caminhos que percorri no ProfHistória.

Minha gratidão as professoras e professores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHISTÓRIA) da Universidade Federal da Paraíba, que tanto contribuíram com o processo formativo ao longo desse mestrado, muito obrigada!

Por fim, sou grata aos "meus jovens": alunas e alunos que me inspiraram, questionaram, desafiaram e me fizeram sonhar com esse trabalho. Torço, sonho e luto para que o conhecimento aqui materializado seja meio para vocês amarem a História e defenderem-na dos seus abusadores.

Avante!

Assim, a História tem um problema fundamental, este problema diz respeito ao presente. É do que somos – ou que julgamos ser – que devem partir as perguntas para que possamos ser o que queremos (ou precisamos) ser, não para julgarmos se o que se fez no passado esteve ou não *correto* – ambição de toda História moralista –, mas para entender mesmo que seja à custa desse passado, porque fazemos o que fazemos hoje, apesar de tantas lições esclarecedoras.

*Paulo Miceli (Por outras Histórias do Brasil)*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a utilização do YouTube como espaço de disseminação de narrativas acerca do Golpe de Estado que culminou com o estabelecimento da Ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil e como estas podem ser problematizadas no ensino básico. A proposta aqui apresentada parte das vivências em sala de aula, em que o estudo desse tema na Educação Básica lida com narrativas dos estudantes refletindo a absorção de explanação manipuladoras desse acontecimento histórico do passado e que segue hodiernamente. Através da popularização de vídeos que relativizam, negam e seguem revisionando intencionalmente esse acontecimento com claras intenções políticas, o canal "Vamos Falar de História?" produz narrativas que romantizam os meios diversos por onde a sociedade brasileira se viu atingida pelo autoritarismo estatal dos 21 anos de Ditadura. Por meio do estudo da relação entre as narrativas de Golpe, a História do Tempo Presente, a Internet e a Consciência Histórica se busca entender como diversas narrativas de Golpe se popularizam e divergem entre si. Com o auxílio do conceito de consciência histórica trabalhado por Jörn Rüsen, a proposta de produto educacional tem como pressuposto básico criar situações didáticas nas quais os alunos possam juntamente com seus docentes desenvolver parte do processo científico de construção histórica através do desenvolvimento de um material pedagógico, um roteiro didático criado como sugestão de oficina educativa para os professores e professoras do ensino básico, de forma a ser uma ferramenta para sala de aula problematizando o conteúdo curricular sobre o Golpe Civil-Militar e utilizando como contraponto falas negacionistas, de maneira a diferenciar com os estudantes "o que é fato, o que é fake", promovendo uma reformulação na apresentação do conteúdo aos educandos com uma percepção didática do fazer histórico científico.



**Palavras-chave:** Ensino de História. Ditadura Civil-Militar. Narrativas. Rede social.

## ABSTRACT

This research to aims analyze the use YouTube as a space for disseminating narratives about the coup d'état that culminated in establishment civil-military dictatorship (1964-1985) in Brazil and how these can be problematized basic education. The proposal presented here starts from experiences in the classroom, in which study of this theme in Basic Education deals with students' narratives reflecting absorption manipulative explanations this historical event from the past and which continues today. Through the popularization videos that relativize, deny and continue to intentionally revise this event with clear political intentions, channel “Vamos Falar de História?” it produces narratives that romanticize the different media through which Brazilian society was affected by the state authoritarianism 21 years of the Dictatorship. Through study the relationship between Coup narratives, the History Present Time, Internet and Historical Consciousness, we seek to understand how several Coup narratives become popular and diverge from each other. With help of the concept historical awareness worked by Jörn Rüsen, the educational product proposal has as its basic presupposition to create didactic situations in which students can, together with their teachers, develop part scientific process historical construction through the development a pedagogical material, a didactic script created as suggestion a educational workshop for teachers of basic education, in order to be a tool for the classroom problematizing curriculum content about the Civil-Military Coup and using as a counterpoint denialist speeches, way to differentiate with the students “what is fact, what is fake”, promoting a reformulation in the presentation content to the students with a didactic perception making scientific history.



**Keywords:** History Teaching. Civil-Military Dictatorship. Narratives. Social Network.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNH – Banco Nacional da Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNV – Comissão Nacional da Verdade

ERE – Ensino Remoto Emergencial

MBL – Movimento Brasil Livre

MEC – Ministério da Educação

MESP – Movimento "Escola Sem Partido"

Mídia Ninja – Narrativas Independentes Jornalismo e Ação

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

ProfHistória – Programa de pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de História

PT – Partido dos Trabalhadores

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 10**

**CAPÍTULO 1: O ENSINO DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA ..... 23**

**1.1** CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 23

**1.2** CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DIDÁTICAS PARA UM "NOVO" ENSINAR DA HISTÓRIA? ..... 26

**1.3** CONHECIMENTO HISTÓRICO, INTERNET E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA DISCUSSÃO À BRASILEIRA ..... 31

**CAPÍTULO 2: "DEIXA OS HISTORIADORES PARA LÁ": REVISIONISMOS, VISUALIZAÇÕES E *LIKES* ..... 37**

**2.1** AS DISPUTAS DO HOJE SOBRE O ONTEM: REVISIONISMOS, NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO ..... 40

**2.2** "DÁ UM LIKE, SE INSCREVE NO CANAL E COMPARTILHA O VÍDEO!": O ALCANCE DAS MÍDIAS SOCIAIS E OS USOS IDEOLÓGICOS DO PASSADO ..... 45

**CAPÍTULO 3: "SUA ESCOLA MENTIU SOBRE A DITADURA NO BRASIL?": QUEM CONTA A VERDADE QUANDO A ESCOLA MENTE? ..... 55**

**3.1** REGIME MILITAR, IMPEACHMENT: EUFEMISMOS DE GOLPE ..... 57

**3.2** NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA BERLINDA: UMA ANÁLISE DO YOUTUBE A PARTIR DO CANAL "VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?" ..... 61

**3.3** O PAPEL DA ESCOLA, A FUNÇÃO DOS PROFESSORES E O ENSINO DE HISTÓRIA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR SOB ATAQUE ..... 66

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 71**

**REFERÊNCIAS ..... 74**

**APÊNDICE ..... 81**

## INTRODUÇÃO

Manifestações políticas marcaram o Brasil em junho de 2013. Tendo como ponto de partida a insatisfação com o aumento das tarifas de transporte público na região sudeste, as chamadas "Jornadas de Junho" incorporaram outras pautas e se espalharam pelo país trazendo para os protestos discursos anticorrupção, mobilizações contra aprovações da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 37/2011 e cobrando investimentos em saúde, dentre outras demandas.

Entretanto, ao buscarmos as raízes mais profundas desse processo social em curso, podemos observar que a partir do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 – estruturas conservadoras passaram a se movimentar ativamente no debate público sobre o período da Ditadura Civil-Militar decorrente do funcionamento da CNV. E não por acaso, com a aproximação do período de encerramento das atividades da Comissão, têm-se a ampla circulação de versões que negam tanto a Ditadura Civil-Militar, quanto sua violência institucionalizada (TELES; QUINALHA, 2020). Politicamente, observa-se o enfraquecimento da então presidenta Dilma Rousseff (PT) e a ascensão de coletivos como o Movimento Brasil Livre – MBL, o Vem Pra Rua Brasil e Mídia Ninja – Narrativas Independentes Jornalismo e Ação[1].

Esses coletivos ganharam amplitude na cena política através das redes sociais a exemplo do Facebook, Twitter e do próprio YouTube. O Movimento Brasil Livre – MBL, nasce em 2014 com pautas anticorrupção e antipetismo, tecendo críticas constantes ao então segundo governo de Dilma Rousseff e após sua ativa participação na conjuntura que levou ao Golpe Parlamentar de 2016, o movimento que se autoproclamava como apartidário segue com sua atuação pela internet (MARQUEZ; LIMA, 2017). Contudo, alguns de seus mais populares membros passaram a exercer cargos políticos em prol de pautas conservadoras, com cunho neoliberal e em defesa de ditos valores morais tradicionais, heteronormativos, cristãos, e dos considerados bons e corretos costumes monopolizados pela cruzada intelectual defendida pelo "apartidarismo de direita" do MBL[2].

Outro movimento de destaque é o Vem Pra Rua Brasil que tem em seu site oficial uma definição de si enquanto "um movimento suprapartidário, democrático e plural que

[1] Cito outros destes movimentos sociais, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ambos de surgimento em 2015.

[2] Ver: https://ujs.org.br/blog/noticias/o-apartidarismo-de-direita-do-mbl/. Acesso em: 22 jul. 2022.

surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014". O próprio nome do movimento remete aos protestos e manifestações populares encorajadas pelo grupo.

O coletivo de comunicação Mídia NINJA (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) surge em 2013, como meio de informar e fazer uma cobertura das Jornadas de Junho através das redes sociais e em oposição as notícias apresentadas pelos grandes canais de televisão e de jornalismo nacionais. Diferente dos demais atores, o coletivo não se apresenta como imparcial, ao contrário, afirma em seu site oficial que "multiplicidade de parcialidades [...] a serviço de uma nova narrativa social" é um fator fundamental para seu projeto de comunicação.

Em 2014, teve o marco temporal dos 50 anos do Golpe do Estado no Brasil. Entre as variantes categorias historiográficas atribuídas ao acontecimento, ressalta-se a escolha do Golpe Civil-Militar, enquanto mote norteador desta análise, tendo em vista ser essa a interpretação apresentada nos livros didáticos (PEREIRA; PEREIRA, 2011).

Vale salientar que não foram apenas os militares, mas outros atores sociais como empresários, grupos de direita, conglomerados midiáticos e agentes do próprio Estado que atuaram na construção do Golpe que se firma historicamente para além de uma tomada de poder pelos militares, contudo, mesmo que expresso no "civil", percebe-se nos materiais e discursos escolares a identificação destes que têm uma multiplicidade de atores ao contrário dos militares e também, por ser essa a conceituação majoritariamente utilizada nos livros didáticos e ser a nomenclatura de conhecimento dos estudantes de ensino básico, optou-se enquanto categoria historiográfica a ser utilizada nesta pesquisa.

Ainda no ano de 2014, viu-se o acirramento de tensões entre os partidos políticos, tendo em vista o processo eleitoral para o cargo de Presidente da República. A disputa foi levada para o segundo turno, na qual Dilma Rousseff conquista sua reeleição com 51,64% dos votos válidos contra Aécio Neves (PSDB) que obteve 48,36%[3].

O não reconhecimento do resultado – chegou ao pedido de recontagem de votos – havendo manifestações xenofóbicas em torno do resultado da eleição por diversas regiões do país e denúncias da operação Lava Jato[4] apresentadas diariamente na mídia. A partir daí iniciaram a construção de uma série de discursos que culminaram no processo de afastamento

[3] Ver: http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html. Acesso em: 24 out. 2020.

[4] Em 2014, é iniciada em Curitiba a operação de investigação e combate a corrupção que a partir de apuração de lavagem de dinheiro em postos de combustível e lava jato de automóveis, aponta para o desvio e corrupção envolvendo a Petrobrás.

da presidenta em maio de 2016, promovido de forma ilegítima e conjurou um Golpe Parlamentar contra a democracia no Brasil.

Conforme Ramos; Moreira (2016), o processo que se instaura contra a presidenta não a acusa do cometimento de crimes de corrupção, mas sim, de abertura de créditos suplementares e atrasos de pagamentos ao Banco do Brasil em 2015. Essas infrações transmutadas intencionalmente em crimes de responsabilidade não feriram a Lei Orçamentária da Constituição Federal e, devido as interpretações e desencadeamentos dados pela ritualística processual dentro do parlamento brasileiro, levaram a deposição da presidenta no qual se denominou de Golpe Parlamentar.

Essa conjuntura de uma história recente é alvo de contestações quanto ao uso da terminologia de "Golpe" e os questionamentos que não são direcionados exclusivamente ao Golpe Parlamentar ocorrido em 2016. Anteriormente, no ápice do Golpe Civil-Militar de 1964, as narrativas visavam apresentar este como uma "revolução". E é nesse sentido que vivencia a contemporaneidade em espaços como o da plataforma de vídeos presentes no YouTube, proporcionando uma disputa de narrativas em torno do ensino de História, em especial, ao conceituar a construção do Golpe Civil-Militar de 1964, como também vem sendo observado o monopólio das narrativas enfraquecendo o poder intelectual dos professores em divulgar os *fatos reais* sobre os fatos históricos que aconteceram no Brasil.

Assim, a dissertação discute o uso de vídeos do YouTube e sua plataforma enquanto um ecossistema de (des)informação que financia é e financiado pelo consumo/visualizações do conteúdo disponibilizado, agindo assim como ferramenta que promove no espaço on-line uma certa aprendizagem, como também contribui na (des)construção de uma consciência histórica dentro da perspectiva rüseniana. Para Rüsen (2012), as ações dos sujeitos na realidade e os valores morais que possuem, são partes dessa consciência, atuando nas decisões tomadas contidamente pelos indivíduos.

Nesse sentido, busca-se através da aprendizagem histórica sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, discutir o uso de vídeos como ferramenta de aprendizagem, apontado acima, e propor uma oficina pedagógica como ferramenta didática para o ensino básico em História. Pretende-se como produto, elaborar um suporte pedagógico para a prática docente, particularmente, nos ciclos de Ensino Fundamental II – 9º ano e no Ensino Médio, em que alunas (os) e professoras (es) utilizem de investigativas próprias da História científica, visando desenvolver roteiro de estudo e reflexão enquanto proposta de metodologia que contribua para o pensamento histórico dos alunos sobre o tema, promovendo de forma espontânea e consciente, a construção ou reconstrução de conhecimentos por meio da análise

deste material na escola, combatendo assim, relativismos ideológicos e negacionismos históricos[5] enquanto estratégias de falseabilidade aplicadas à História.

Para isso, foi selecionado o canal "Vamos falar de História?", que se mantêm na plataforma desde setembro de 2013, atualmente com mais de 600 vídeos publicados, 717 mil inscritos e ultrapassando a marca de 64 milhões de visualizações[6]. Nesta pesquisa, busca-se analisar sua atuação enquanto arma política de uma suposta narrativa de ensino de história por um viés revisionista ideológico.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, pretende-se analisar os vídeos que são apresentados no canal, tendo em vista a intenção didática que estes possuem. Através destas linguagens narrativas que promovem a contestação do saber histórico escolarizado, delineou-se o objeto de investigação desta pesquisa.

Assim, optou-se pelas produções do canal que abordam o Golpe Civil-Militar de 1964 e de forma específica para estruturação do produto pelos critérios de alcance (visualizações) e de narrativa direcionada a um certo "ensino" de História, que será trabalhado de forma direcionada no vídeo: "Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL" (QUEIROGA JÚNIOR; DULCI, 2019).

Esse revisionismo histórico dentro de uma conjuntura de contestação a História científica pensando na dita era da pós-verdade[7] na qual a disseminação de notícias falsas serve como endosso para essas concepções, entretanto, surgem falas de discentes com postura reacionária, o que faz desse embate já conhecido pelos historiadores um descontentamento no novo espaço, onde os estudantes do ensino básico passam a questionar, e até mesmo negar acontecimentos históricos trabalhados em sala de aula, em especial, o processo de ascensão do Golpe Civil-Militar em 1964 e todo seus vinte e um anos de Ditatura.

As plataformas de *streaming* disponíveis na internet são de fácil acesso e uso comum. Nesta perspectiva, os canais de vídeos no YouTube, como o "Vamos Falar de História?" podem trazer mais desinformação do que informação, e no campo da educação histórica, os impactos são expressos na formação ideológica de muitos alunos do ensino básico.

---

[5] Adota-se aqui a definição apresentada na obra "Dicionário dos negacionismos no Brasil", por Napolitano (2022, p. 217), apontando que o negacionismo histórico "pode ser definido como questionamento de consensos científicos como parte de uma luta político-ideológica, a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses", conceito que se alinha a análise proposta nesta pesquisa.

[6] Informações obtidas em 28 de setembro de 2022.

[7] Conceito que descreve o tempo presente onde fatos objetivos têm menos influência na opinião pública do que crenças pessoais, não designando apenas o uso oportunista da mentira (embora ele seja frequente). O termo sinaliza, acima de tudo, um ceticismo quanto aos benefícios das verdades que costumavam compor um repertório comum, o que explica certo desprezo por evidências factuais usadas na argumentação científica.

Assim, considerando a importância de se fazer uma análise sobre essas "fontes de informações", a dissertação em pauta busca através da linha de pesquisa selecionada, relacionar como a linguagem e as narrativas históricas reproduzidas no YouTube, de maneira delimitada, por meio da análise do vídeo e canal "Vamos Falar de História", onde seu criador/responsável afirma não possuir formação acadêmica em História (tendo desistido de concluir a graduação) e não ser necessário tal grau de estudo para publicamente falar/produzir/revisionar/negar o Golpe Civil-Militar de 1964, mas não obstante, desqualifica o lugar social dos professores e professoras e a própria historiografia do Golpe que atingiu a democracia brasileira em 1964.

Dessa forma, busca-se, por meio desta pesquisa, promover a discussão em relação ao alcance de vídeos negacionistas com teor historiográfico em espaços não-escolares e como pode-se reagir com relação a estes na sala de aula. Propõe-se, enquanto produto educacional desta pesquisa, proposta de oficina pedagógica a ser disponibilizada no Portal do Professor[8] do Ministério da Educação, como possibilidade de ferramenta didática para o exercício de análise de pós-verdades no ensino básico em História.

Entendendo os estudantes como sujeitos que obtém conhecimento histórico e possuem uma consciência história desenvolvida em espaços exteriores a escola, busca-se através deste conhecimento prévio, propiciar a educação histórica por meio do conhecimento de procedimentos de investigação científica da História, enquanto parte da metodologia de pesquisa e da construção do produto final.

Vídeos, a exemplo dos que são analisados na pesquisa, devem ser investigados e apresentados de forma crítica e interpretativa para os estudantes do ensino básico. Observa-se em sala de aula uma falsa simetria entre os estudos feitos e apresentados nas escolas por professores e professoras historiadores, que são contestados de tal forma que se menospreza de forma geral pesquisadores, historiadores e a própria História enquanto ciência, visto que são contestados a respeito do ensino, da pesquisa e da produção historiográfica escolar/científica, tendo-se como referência intelectual dos alunos e alunas, as falas negacionistas da historiografia dominante (*História oficial)* encontradas nestes vídeos.

O Golpe Civil-Militar que sucedeu a democracia brasileira é um episódio da História de amplo leque de debates, pesquisas, discussões acadêmicas e sociais (STEPAN, 1975;

[8] O Portal do Professor é um ambiente virtual com recursos educacionais e subsídios para a formação contínua dos profissionais em educação, promovendo o compartilhamento de experiências entre professores do ensino fundamental e médio. No site é possível acessar materiais temáticos, sugestões de planos de aula, realizar cursos, baixar mídias de apoio, ter notícias sobre educação e iniciativas do MEC, como também disponibilizar recursos em diversos formatos para a fundamentação e enriquecimento da prática docente.

DREIFUSS, 1981; GASPARI, 2002; REIS FILHO, 2014; FICO, 2017; GENARI, 2018). Entretanto, ao se buscar no YouTube informações sobre possibilidades de entendimento no que tange ao Golpe Civil-Militar de 1964, o que se encontram, são vídeos como “Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL”, um dos mais indicados.

Essa superficialidade que nega e revê a História e é sem cientificidade, é recepcionada por certa parcela dos estudantes que ao pesquisar “a verdade sobre a ditadura no Brasil” em uma plataforma como o YouTube, se depara com indicações que não possuem legitimidade historiográfica.

A criação de conteúdo para a internet perpassa e marca um novo propósito ao se pensar na divulgação de conteúdos sobre a disciplina de História. Pois a construção de narrativas, falas no espaço on-line, hodiernamente, deixaram de ser apenas complementares ao ensino regular da escola e a fala do professor/professora, sendo substituído por um novo panorama do ensino-aprendizagem e a aparente produção de conhecimento científico no ambiente virtual e não-presencial. Em especial, de forma mais circunscrita quando se trata sobre a História do Brasil (FONTOURA, 2020).

A partir do golpe institucional contra Dilma Rousseff, as narrativas de antigos discursos negacionistas passam a ganhar corpo, novas roupagens e uma maior visibilidade no Brasil (COSTA, 2019), especialmente, através da ocupação pulsante do YouTube e a produção de vídeos para a plataforma.

No tocante a exaltação do Golpe Civil-Militar de 1964, a popularização de plataformas a exemplo do YouTube, abriram espaço para que narrativas discursivas fossem produzidas e disseminadas com maior amplitude dentro desta conjuntura de ascensão do conservadorismo.

Uma parcela dos estudantes acessa e passa a seguir canais reacionários que contestam a produção historiográfica sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, visando negar o Golpe por meio de suas ideologias político-partidárias que são apresentadas e popularizadas por meio dos vídeos.

Assim, as pessoas que não possuem formação acadêmica em História, e não apresentam fontes de pesquisa para a produção dos vídeos, constroem suas falas de forma a se contrapor aos professores, livros didáticos e textos científicos sobre um tema tão sensível e de conhecimento indispensável aos jovens em idade escolar, ocasionando por parte de uma parcela deste público, apropriações de uma narrativa histórica que toma a “verdade” como está apresentada no canal.

A proposta é elaborar um produto que permita aos docentes em sala de aula do ensino básico, trabalhar com uma linguagem próxima aos adolescentes, contudo, de maneira crítica e investigativa, buscando articular o conhecimento teórico com o prático, através da junção e a troca de experiências buscando repensar as metodologias de ensino tradicionais sendo assim, uma ferramenta para sala de aula que atuará problematizando o conteúdo curricular sobre o Golpe Civil-Militar e utilizando como contraponto o conteúdo apresentado no supracitado canal a fim de construir uma narrativa histórica através do campo da História do Tempo Presente (DOSSE, 2012), em consonância com o regime de historicidade presentista de Hartog (2014).

A reescrita da História da ditadura no Brasil vem desde a década de 90 com livros também favoráveis aos militares. Não obstante, ganhou uma dimensão maior utilizando-se do espaço cibernético; mesmo após todo o processo de violação de direitos humanos, perseguição política, entre outros fatos ocorridos durante o período, exalta o golpe e utiliza-se de plataformas, sendo o YouTube o de maior alcance para produzir narrativas que promovem a distorção destes acontecimentos históricos, e terminam por instigar estudantes e famílias a se posicionarem contra os professores de História (PENNA, 2018).

Os traumas de um país que não se resolveu com seu passado reaparecem a cada vídeo, livro ou fala que carrega na ideologia da negação o propósito de revisionar o ontem. A História da Ditadura Civil-Militar no Brasil produzida pelos historiadores tem sido contestada, rechaçada e invalidada, o conhecimento dos episódios que levaram ao golpe e sua sustentação por 21 anos (1964 – 1985) já estão questionadas agora em uma outra roupagem (BAUER; NICOLAZZI, 2016). Através de vídeos curtos, eloquentes, com utilização de suportes tecnológicos e dispondo de algumas ferramentas que possibilitam uma produção de nível não-amador, gerando certo impacto nas pessoas ao visualizarem, alcançando número alto de curtidas e sendo compartilhados de forma rápida e abrangente pelo público jovem – mas não somente por estes – ressignificando a memória do que foi o golpe, e atuando para que, cada vez mais, se *"deixem os historiadores para lá*[9]*"*.

Assim, a dissertação objetiva analisar os vídeos que abordam o Golpe Civil-Militar de 1964 no canal do YouTube "Vamos falar de História?", em especial o vídeo "Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL" enquanto narrativa que relativiza o Golpe Civil-Militar na internet e como estes podem ser problematizadas no ensino básico (Fundamental

[9] Ver: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml. Acesso em 03 jan. 2021.

II – 9º ano e Ensino Médio) através da apresentação de roteiro de oficina pedagógica enquanto produto educacional.

Como objetivos específicos, a dissertação buscou aprofundar os debates historiográficos sobre novos espaços de escrita e ensino da História através da problematização do canal supracitado e do YouTube como espaço didático; visando traçar relações entre a ascensão das narrativas de negacionismo através de narrativas de consciência histórico relacionada ao processo político em curso desde 2013 até 2016 e sua conexão com o Golpe de 1964 e, por fim, descrevendo uma análise de como os historiadores produzem a História científica, visando fomentar nos estudantes do ensino básico o respeito à cientificidade do fazer histórico através da problematização das narrativas sobre História disponíveis no YouTube, por meio de oficina pedagógica para o ensino básico a ser disponibilizada no Portal do Professor do Ministério da Educação.

A historiografia produzida em torno da temática do Golpe Civil-Militar de 1964 é extensa e permite diferentes enfoques (GASPARI, 2002; REIS FILHO, 2014). Assim, buscou-se nesta pesquisa analisar de forma mais concentrada as narrativas historiográficas de construção do processo histórico que dão referencial para a formação do caráter civil-militar do Golpe enquanto processo antidemocrático de tomada de poder.

Para tanto, utilizamos como referencial teórico os estudos organizados por Ferreira; Delgado (2019), sobre a formação do Brasil Republicano.

Na historiografia, o Movimento dos Annales renovou e ampliou o campo de possibilidades de pesquisa histórica para as Ciências Humanas, em especial no âmbito da História. Sob este viés, tem-se o campo historiográfico, a História do Tempo Presente que permite analisar os fatos atuais como fonte de significado para o entendimento do processo histórico.

A História do Tempo Presente, segundo Dosse (2012), "reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do 'espaço de experiência' e no presente do passado incorporado". Adotando como referencial os estudos de Hartog (2014), sobre regimes de historicidade e o contexto do presenteísmo que norteia os debates epistemológicos visando endossar esta pesquisa e seu objeto de estudo.

A utilização de vídeos no ensino de História não é novidade, desde o surgimento do cinema, existem perspectivas de utilização desta arte enquanto elemento educativo (NAPOLITANO, 2003). Essa linguagem fílmica muitas vezes vista como incompatível pelo curto tempo de 50 min de duração de aula no ensino básico, passou a ter uma nova roupagem em sala de aula quando chegaram os vídeos curtos nas plataformas digitais como o YouTube.

Foi vivenciado um regime de historicidade presentista (HARTOG, 2014), em que a relação com o tempo e a percepção deste, é pautada pela ação do momento e do acontecimento no tempo atual. A experiência do ontem não pauta mais a expectativa do hoje e não é base de reflexão para o que está por vir.

O presente, o hoje, o agora, são os imediatos de toda a urgência da sociedade online, *on demand* que podem ser encontradas em vídeos – quase sempre curtos – a (in)formação que a ciência ainda vai produzir ou que já produziu, mas simplesmente se ignora, fazendo outra leitura. Dessa forma, toma-se como exemplo a popularidade dos vídeos do "Vamos falar de História?".

Porém, a análise de como essa perspectiva revisionista em específico, tende a deslegitimar a escrita da História, o que vem sendo dialogado de forma mais direta com as novas gerações, tornando-se fruto da contemporaneidade. Como discutem Bauer; Nicolazzi (2016), a forma como se produz a verdade histórica através de seu método científico deve ser pensada distinguindo-se as funções da História e do historiador que a produz.

Estando em novos espaços – como neste caso no canal "Vamos Falar de História?" – surgem múltiplos discursos que versam sobre o passado, buscando revisitar e contestar, levando ao consumo de uma versão que vai em oposição a ensinada nos espaços institucionais e que se reescreva culturalmente e historicamente a consciência dos sujeitos sobre o passado revisionado.

Neste sentido, a hipótese é que essas novas plataformas digitais de publicação e disseminação de vídeos, em especial o YouTube, são objetos a partir do qual os alunos e alunas buscam novos espaços de construção do conhecimento histórico, principalmente essa geração dos "nativos digitais". A busca por esse conhecimento na plataforma e a forma como é disponibilizado qualquer conteúdo que verse sobre a História, permite que falsários não precisem evidenciar, mas somente afirmar e suavizar os fatos traumáticos de forma a tirar a legitimidade do que é academicamente construído (VIDAL-NAQET, 1988).

Partindo das discussões historiográficas contemporâneas, buscou-se compreender as construções históricas e sociais, visando o diálogo com os teóricos Cerri (2011); Rüsen (2012), acerca da consciência histórica. Esta pode ser conceituada como "a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente sua vida prática no tempo" (RÜSEN, 2010, p.57).

Esta consciência que todo ser humano racional adquire e constrói, é inerente e se faz presente seja dentro ou fora do âmbito escolar, caracterizando-se, assim, como um momento

lógico da operação do pensamento histórico, e, que necessita da memória seja ela individual ou coletiva.

A consciência histórica não se limita somente em compreender as experiências ocorridas no passado, mas busca articular os três tempos: o presente, passado e o futuro. Desta forma, entende-se que no presente percebe-se os problemas e questionamentos que remetem ao passado, buscando assim alcançar as respostas. E ao identificar uma aproximação entre passado e o presente, permite projetar as expectativas de transformações para o futuro.

O desenvolvimento desta pesquisa explicativa ocorreu em consonância com o entendimento e compreensão em relação de causa e efeito entre o regime de historicidade presentista, a consciência história e a construção de narrativas que se colocam enquanto históricas. E tem um enfoque na análise da linguagem e da narrativa histórica enquanto meio de construção de saberes e percepções sobre os acontecimentos históricos.

Além de ajustar a experiência temporal a um conceito de continuidade, as linguagens históricas mobilizam no presente as experiências passadas, estabelecendo a identidade entre seus autores e ouvintes, permitindo a aprendizagem histórica em novos paradigmas, problematizando a difusão da História com a sua gama de subjetividade e politização.

Nesse contexto, as narrativas produzidas pelos estudantes usualmente trazem diversas percepções, e, desta forma, consegue-se compreender as várias narrativas e perspicácias do passado e múltiplos sentidos atribuídos à História.

De acordo com Rüsen (2015), a face material da consciência histórica é a narrativa, ou seja, as relações encontradas entre o passado, o presente e, eventualmente, o futuro. A análise da produção e a difusão destas narrativas também tem uma função essencial no campo da Educação Histórica, pois elas serão um meio indispensável para observar as variadas compreensões do passado histórico e como os Regimes de Historicidade estão sendo desenvolvidos ao longo da história.

Destarte, após elencar os dados para o estudo, buscou-se a sua interpretação para vincular os elementos destacados com o ensino de História e as variadas formas de representação e usos do passado, dentre outros. Para a coleta de dados, foi utilizado como fonte os vídeos do canal “Vamos falar de História?”, analisando o conteúdo dos vídeos selecionados e visando demonstrar a fragilidade deles. Como alicerce epistemológico dos textos, obras e pesquisas relativas ao tema, foram demonstrados indicativos sobre a temática e período estudado.

No século XX, a partir da renovação historiográfica que lhe marcou, favoreceu novos olhares sobre a forma de ver o passado. Desta maneira, possibilitou ao historiador uma

versatilidade sobre as fontes, metodologias e os mecanismos para entrar em contato com o passado. De acordo com Bloch (2001), a sociedade é dinâmica de acordo com o tempo e as suas especificidades, existindo possibilidades múltiplas.

Para Le Goff (1996), não existe documento verdadeiro, é necessário analisá-lo a partir de sua intenção, ou seja, quem realizou a sua produção, para quem, e sob qual finalidade, "desmontar, demolir". Logo, as narrativas produzidas pelo canal devem ser desmontadas e analisadas de forma a adentrar o cerce de sua produção. No entanto, é importante ressaltar o que Le Goff afirma em sua obra "História e Memória" que:

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também, das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento (p. 538).

Por fim, na perspectiva de que os propósitos dessa pesquisa sejam alcançados, será disponibilizado um Produto Educacional, visando disponibilizar aos professores da Educação Básica oficina didático-pedagógica com base nos estudos sobre a temática desta dissertação, buscando promover um enfrentamento das problemáticas relacionadas ao negacionismo histórico-científico que chegam às salas de aula e intentando restabelecer a confiança (CARVALHO; CARVALHO, 2020), entre a História ciência/historiadores e sociedade/estudantes por meio desta.

A dissertação fruto desta pesquisa conta com três capítulos. O primeiro, traz uma breve contextualização sobre a discussão teórica da corrente historiográfica História do Tempo Presente, tendo como conceitos centrais a consciência histórica descrita por Jörn Rüsen e a narrativa destas em perspectiva com uma didática de ensino da História, em especial, desenvolvida na prática do ensino.

Analisamos como a História do Tempo Presente, a Consciência Histórica e o Ensino de História articuladas em uma abordagem didática de modo a observar o caráter desta área de conhecimento numa perspectiva historiográfica a partir da compreensão de como se constituem essas teorias de escrita e interpretações, pode-se refletir sobre quais suportes teórico-metodológicos da História têm embasado o ensino dentro da disciplina, em seguida, é feita uma apresentação de alguns teóricos que protagonizaram a Didática da História.

No segundo capítulo intitulado: "Deixa os historiadores para lá": revisionismos, visualizações e *likes*, buscou-se tratar a respeito de categorias dialógicas, mas também as

diferenciações: revisionismo, negacionismo e falsificação do conhecimento histórico. Essa distinção se dará particularmente para que seja possível explicitar a relação com o método e o conteúdo do canal que foram analisados através da produção de seus vídeos de maneira a ser consumida por um nicho em oposição a ciência histórica que deve ser avaliada pelos pares, enquadrando este como "validado" enquanto fonte por meio de acessos, likes, comentários etc., que alimentam a imagem do canal.

No terceiro capítulo, denominado: "Sua escola mentiu sobre a Ditadura no Brasil?": quem conta a verdade quando a escola mente?, buscou-se a problematização sobre o regime militar (como Golpe de 1964 que é referenciado pelo autor do vídeo no YouTube "Sua escola mentiu sobre a Ditadura no Brasil") através da discussão e análise dos acontecimentos que determina como pontapé para a popularização do tema: o "impeachment" sofrido por Dilma Rousseff e a afirmação de um favoritismo para a eleição do "militar e capitão da reserva do exército brasileiro", Jair Messias Bolsonaro – já acompanhado da declaração de voto do *youtuber* – no pleito para o cargo de presidente da República em 2018.

Dentro da ótica presentista, poder falar do passado, devido uma questão específica do presente, fazendo uma ilação de que seriam a mesma coisa (ou seja, uma "mentira" dos professores) e como a utilização do YouTube pode produzir certo tipo de perseguição ao conhecimento histórico científico.

Como apêndice, é feita a apresentação do produto através de desenvolvimento de oficina pedagógica produzida enquanto proposta de metodologia que contribua para o pensamento histórico dos alunos, como também, de forma a ser uma ferramenta para sala de aula para os professores e professoras do ensino básico, problematizando o conteúdo curricular sobre o Golpe Civil-Militar e que será disponibilizada no Portal do Professor do Ministério da Educação. Utilizando como contraponto o conteúdo apresentado no supracitado canal, debatendo as problemáticas decorrentes do revisionismo ideológico e do negacionismo histórico afim de analisar suas características e construir conhecimentos para reconhecer a falseabilidade desse suposto saber, buscando uma reformulação na apresentação do conteúdo aos educandos com uma percepção didática do fazer histórico científico – tendo em vista que essas falas negacionistas já adentraram ao espaço escolar, e conforme apresenta Napolitano (2022):

> Assim como o historiador estuda processos de memória, que não se confundem com o conhecimento histórico embora possam dialogar com ele, também deve-se estudar o negacionismo, definido como uma fração da opinião pública, restrita a grupos diretamente envolvidos em temas sensíveis, que nega um fato histórico e suas evidências. Portanto, não se trata de considerar o negacionismo como opinião cientificamente

> embasada, mas de fenômeno político e social a ser estudado por analistas. (p. 217)

Então, acreditando que a aprendizagem histórica expande, ressignifica e desengessa conceitos, se espera contribuir para o debate historiográfico contemporâneo resultado da ascensão vivaz negacionista e ideologicamente revisionista e seu irrefutável confronto com a episteme da História.

# CAPÍTULO 1: O ENSINO DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O ensino da História ocorre de forma mais específica na escola, prezando pela construção das correntes historiográficas que discutem o conhecimento histórico dentro dos espaços acadêmicos, entretanto, estão rompendo uma tradicional cisão entre a História ensinada no "chão da escola" e a História pensada nas universidades.

O primeiro momento "formal" quando se observa a amplitude da dimensão histórica no processo de formação cultural dos indivíduos, é através das narrativas sobre a História de si e do mundo que acontecem de maneira institucional nos muros (ou telas) do espaço escolar. Por mais que a escola não detenha a exclusividade da execução do ensinar e aprender, ainda segue como lugar privilegiado e delimitado para a realização desse propósito.

Nesse ínterim, a aproximação entre os saberes da educação histórica e do ensino de História, a pesquisa e a escrita da História acadêmica acontecem no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, como apresentam Costa; Oliveira (2007), no qual retrataram o estudo das relações e implicações pedagógicas próprias da ciência História ensinada nas escolas enquanto objeto de interesse da pesquisa histórica.

O conhecimento produzido nas universidades não é rapidamente transposto para os materiais didáticos, nem para os livros didáticos e muito menos alcança os espaços da vivência e formação histórica dos estudantes, sendo apresentadas e até mesmo confrontadas quando ditas aos professores e professoras de todo o país nas múltiplas culturas vivenciadas nas salas de aula.

Um dos instrumentos da aproximação entre os campos de conhecimento histórico acadêmico e histórico escolar no Brasil é a criação, em 2013, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino de História – ProfHistória.

Para além da formação continuada dos historiadores-professores na rede básica de ensino, o mestrado profissional promove o desenvolvimento de pesquisas que impactem o fazer docente no ensino básico através da criação de um produto relacionado diretamente com o ensino da História.

Assim, o espaço do ProfHistória torna-se *locus* privilegiado para que as professoras e professores da educação básica possam promover a tão necessária função de professor-

pesquisador. É a aproximação entre Universidade e escola que permite trazer as preocupações e demandas da História no "chão da escola" para serem investigadas, e em conjunto, pensar em meios não de solucionar, mas de responder a essas provocações didáticas que acompanham o fazer docente.

É neste contexto que é possível, por exemplo, pensar nas implicações fruto das falas e questionamentos das crianças e adolescentes em sala de aula, conhecer e aplicar as teorias científicas que têm em perspectiva o ensino na relação direta com a presentificação do passado e a consciência histórica dos jovens em idade escolar.

Nesse cenário, as interpretações teóricas sobre a construção do conhecimento histórico avançam na epistemologia de uma didática da História, apresentando-se aqui as convergências entre as perspectivas da consciência histórica Ruseniana[10] e as possibilidades teóricas e metodológicas do campo de estudo da História do Tempo Presente.

Buscando nesta pesquisa apresentar algumas possibilidades possíveis de aproximação entre essas linhas de pesquisa e a aprendizagem escolar histórica, prosseguindo com as rupturas de dicotomias e apresentando a História ciência enquanto saber desenvolvido pelas historiadoras e historiadores – seja na universidade ou na escola.

Dentro desta proposta é importante destacar a conjuntura de crise que o ensino e a produção científica enfrentam devido à pandemia da COVID-19 que, para além da própria situação caótica em relação a saúde pública em todo o Brasil, promoveram a aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 5/2020, em que o Ministério da Educação – MEC autorizou o ensino remoto emergencial (ERE) nas escolas e universidades públicas e particulares do país enquanto durar a pandemia, proporcionando uma inesperada transposição didática[11], buscando a adaptações das práticas e metodologias de pesquisa, ensino e extensão dos meios presenciais para os meios digitais.

---

[10] Em Rüsen (2010), são definidos quatro tipos de consciência histórica: tradicional (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e cultura do passado); exemplar (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); crítica (permite formular pontos de vista históricos, por negação de ouras posições); e genética (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

[11] Entende-se a aplicabilidade do conceito de transposição didática apontando-se para as pesquisas da professora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro apresentadas do "Dicionário de Ensino de História" (2019). A autora tem defendido a potencialidade desse conceito que permite considerar a diferença entre o saber "sábio" e o "ensinado", possibilitando compreender que o "saber ensinado" é uma produção da/na cultura escolar, constituído por diferentes saberes (dos docentes, dos alunos, da cultura escolar e institucional, daqueles que circulam na sociedade e também de fluxos dos conhecimentos científicos – "saberes sábios" que possibilitam a atualização e revisão crítica necessárias para a superação de versões pautadas exclusivamente no "senso comum").

É imprescindível citar o contexto histórico hodierno em que docentes e discentes de todos os níveis de ensino produzem conceitos, aulas, materiais didáticos, científicos etc. para compreender a corrente metodológica da História do Tempo Presente juntada à perspectiva do regime de historicidade presentista apresentada por Hartog (2014), quando, historicamente diz que a experiência que marca este século e já produz nos indivíduos marcas que, sem dúvidas, ilustrarão percepções e apresentações deste fato histórico na historiografia a ser constituída e ensinada num futuro não tão distante.

Assim, a consciência histórica entendida enquanto fenômeno humano e que compõe as narrativas não apenas ocorridas no passado, mas que busca articular o presente, o passado e o futuro ao identificar uma aproximação entre passado e presente, permite falar que as análises desenvolvidas nesta pesquisa não podem estar desassociadas da conjuntura histórica, social e cultural de escrita e produção, especialmente quando busca-se utilizar conceitos teóricos que, inclusive, abordam essas perspectivas como fundamentais para a formação de seu campo de estudo.

Através do recorte teórico e metodológico em que este trabalho está vinculado, por meio da linha de pesquisa saberes históricos no espaço escolar, aponta-se para uma reflexão sobre os impactos dos usos políticos do passado[12] (HARTOG; REVEL, 2001, BAUER; NICOLAZZI, 2016) pela utilização da linguagem e narrativa histórica reproduzidas no YouTube.

Ao analisar vídeos que abordam o Golpe Civil-Militar de 1964 no canal do YouTube "Vamos falar de História?", busca-se estabelecer meios para que esta narrativa não seja excluída e desconsiderada pelo currículo, mas sim, problematizada, analisada e investigada entre docentes e discentes enquanto um ponto de partida para que alunas e alunos aprendam a pensar a História-conhecimento e suas formas de pesquisa por uma perspectiva científica e crítica.

O que torna um dado passado presente? E como o currículo, escola, professoras e professores atuam perante as demandas desse passado presente? De acordo com Bloch (2001, p. 75) afirma: "O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa", assim, vendo a História do tempo presente; a consciência histórica e o ensino de

[12] Trata-se da utilização do passado para fins exclusivamente políticos. Eles ocorrem, por exemplo, quando personagens ou acontecimentos históricos são usados meramente para justificar ações, escolhas, ideias, sentimentos e agendas políticas do presente.

história como artefatos de uma produção do conhecimento do passado sobre o Golpe Civil-Militar são apontados como esse percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa.

## 1.2 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DIDÁTICAS PARA UM "NOVO" ENSINAR DA HISTÓRIA?

A escolha temática em abordar os conceitos de *Consciência histórica* em consonância com uma *Didática* própria para o ensino de História são frutos da aproximação com essas teorias no decorrer do curso das disciplinas de História do Ensino e da Teoria da História e através da leitura de autores como Jörn Rüsen, François Hartog, François Dosse, Luís Fernando Cerri, entre outros, no primeiro semestre do curso.

Estas perspectivas teóricas seguem um fluxo epistemológico que, após a positivação da *História-ciência* no século XIX ocorrida através da construção das narrativas de forma objetiva com aparente neutralidade e embasamento positivista, se denominou enquanto a dita *História tradicional*, no qual o historiador se tornava narrador fiel das fontes oficiais (CEZAR *apud* MAGALHÃES, 2014).

Ainda no século XX uma vertente do método científico denominado como a *História-problema*, uma nova proposta de investigação do passado em que o historiador não apenas relata, mas questiona, cria hipóteses, cruza fontes e até mesmo redefine o que pode vir a ser fonte histórica, enquadrando na visão de seu trabalho outros tipos de relatos, que vai além dos documentais[13].

> O século XIX é o século da História. [...] Foi aquele tempo em que o conhecimento do passado tornou-se tarefa de uma disputa com todas as implicações decorrentes, seja a criação de um método de pesquisa, seja um aprendizado, seja a afirmação de um profissional específico – o historiador. Foi, também, no século XIX, que se consolidou a ideia de que a experiência humana poderia ser explicada a partir do próprio movimento da história (MARQUES; GRAÇA, 2014, p. 103).

O modelo teórico da *Consciência Histórica* e de uma *Didática do Ensino de História*[14] ao se pensar no contexto do ensino da História nas escolas, tem uma intenção

[13] As escolas metodológicas da historiografia não se esgotam nos modelos apresentados, ciente de que existem outras teorias de pesquisa em História que tencionam explicar a construção das temporalidades e sua relação com a formação da humanidade. Contudo, não é nosso objetivo apresentar todas as escolas históricas de nossa ciência. Citamos as teorias mais basilares para profissionais em História.

[14] Tomando como base as referências alemãs para esse campo de pesquisa, cito o trecho do professor Oldimar Cardoso no verbete "Didática da História" contido no Dicionário de Ensino de História: "[...] A história ensinada na escola é absolutamente distinta da história criada pelos historiadores, sem uma relação de

diversa do ensino da *história magistra vitae* que intencionava criar um passado em que os grandes homens, o Estado e a nação seriam exemplos e modelos a serem seguidos. Assim, dentro de um *Regime de historicidade* teria:

> [...] uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma "ordem" à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais frequentemente) da qual queremos escapar, procurando elaborar outra (HARTOG, 1996, p. 129)[15].

Neste sentido, a *história mestra da vida*[16], tem sua pedagogia voltada para um *Regime antigo de historicidade*, no qual ao historiador cabe a função de narrador e a História ser como fornecedora de exemplos passíveis de imitação ou de repúdio mantendo-se de certa forma, atuantes até hoje. O regime foi vivenciado na historicidade presentista, porém, nas salas de aula, ele é tratado de forma antiga.

Por mais que os regimes de historicidade contribuam para não ver a História apenas numa perspectiva linear ou cronológica, é importante destacar essa disparidade entre a História vivida pelos educandos e a História ensinada em livros e faladas nas escolas.

A narrativa histórica, desde o seu início até meados do século XX, foi produzida de forma tradicional e transmitida aos alunos e alunas pelos professores e professoras. O saber escolar é algo que possui e que alguém detêm. Aqueles e aquelas que não possuem esse saber, devem ir até o espaço institucional onde está aquele conhecimento e recebê-lo numa atitude passiva de assimilação de tudo que é ensinado pelo mestre em sala de aula.

Nesse sentido, os alunos aprendem a medida em que são capazes de reproduzir o saber transmitido pelo professor. Os conteúdos que o docente não trabalha em sala de aula estão além das possibilidades dos alunos, e aquilo que o professor ensina deve ser tomado como verdade absoluta e inquestionável (MOREIRA; VASCONCELOS *apud* TOLEDO, 2016, p. 325).

---

subordinação que transponha a 'ciência de referência' para a 'disciplina escolar', diferentemente do que sustenta o conceito de 'transposição didática'." (2022, p. 82)

[15] A partir desta concepção, Hartog identifica, através da experiência europeia, o que chama de três grandes regimes de historicidade: o antigo, o moderno e o cristão. Em cada um deles a relação entre memória e história assume configurações diferenciadas, nas quais se opera ora uma sobreposição, ora uma oposição, ora uma articulação entre os dois domínios, porém nunca o desaparecimento de nenhum deles. (MELLO, 2016.)

[16] Ver: *De oratore*, de Cícero, livro II: "*História vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati comendatur*".

O perigo de não questionar o conhecimento ensinado e os sujeitos que o transmitem pode provocar ainda mais distanciamento entre docentes e discentes. Além disso, a forma como o saber histórico é produzido dentro das academias, consideravelmente será apresentado da mesma maneira nas escolas, pelo menos o que diz respeito à pedagogia tradicional, pela qual preza o ensino do conhecimento sem que ele seja questionado, assim, tradicionalmente, observam-se certos eventos históricos sendo esvaziados ou, negados, ainda mais quando o assunto discutido é sobre o Golpe Civil-Militar.

Contudo, não se trata de questionar o trabalho dos historiadores e historiadoras que atuam na educação básica, como se observa em certas narrativas – a exemplo dos vídeos do canal "Vamos falar de História?" e de iniciativas que se postam como políticas a exemplo, o "Escola Sem Partido" – que paulatinamente desqualificam a autoridade, estudo e ciência de professores e professoras atuantes em sala de aula (PENNA, 2018).

Nesta pesquisa, discute-se as apropriações do conhecimento histórico, especialmente, na sala de aula e como este deve ser alvo de questionamentos e de problematização, porém, em busca de construir em conjunto com a escola, uma formação, um conhecimento, um saber e não se duvidar, rejeitar e acusar aquelas e aquelas que apresentam uma História diferente da que se "escutou em casa" ou que "se viu na internet".

Nesse contexto, pensar a *Consciência Histórica*, é seguir com o que Cerri (2011), afirma: "vale a pena insistir, não é conceder consciência a quem não a tem (isso não existe), mas atuar com a própria consciência, buscando influenciar e transformar a consciência dos educandos [...]" (CERRI, 2011, p. 80-81). Ou seja, o trabalho de um ensinar histórico, nesse sentido, não é formar a consciência, mas complexificá-la.

O saber histórico que é produzido na escola recebe contribuição do conhecimento científico acadêmico, definido pelo historiador Certeau (1982), quando afirmou que uma *operação historiográfica* se estabelece uma relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto. Dessa forma, o conhecimento histórico adquire uma função social nas escolas e exige das professoras e professores uma relação pensada no ensino-aprendizagem em sala de aula.

Portanto, ser docente na disciplina de História – especialmente no ensino básico – é ir além de narrar os acontecimentos elencados pelo currículo escolar, é utilizar-se dos procedimentos metodológicos que o estudo da história necessita para manter a rigorosidade científica, ou seja, realizar a *operação historiográfica* de forma a utilizar o conhecimento

histórico científico de maneira crítica que oriente significativamente as experiências vividas dos alunos e alunas por meio do conhecimento histórico.

Dessa forma, o ensino de História na escola também passa por uma seleção, por uma escolha metodológica no momento em que decide o que e como vai ser ensinado, que recorte será dado àquele saber histórico levado aos alunos e alunas em sala de aula. Fernando Penna (2014), afirmou que "o objetivo primordial da História pode até não ser o ensino escolar, mas ignorar esse aspecto constituiria uma limitação prejudicial".

Se torna imprescindível atentar ao método didático em que os processos históricos serão contextualizados nas aulas de forma que a formação de uma consciência histórica seja pautada na aprendizagem histórica. Ensinar história, portanto, é mais que passar conteúdos, é utilizá-lo de maneira que traga algum sentido, propósito, reflexão para aqueles que juntamente fazem esse conhecimento histórico.

A partir do momento que o saber histórico entra em contato com o saber prévio que os estudantes trazem, novos conhecimentos são produzidos, novas ideias são reformuladas. Mais que nunca, precisasse refletir como se dá à amplificação e sistematização desse conhecimento para os alunos e alunas, pois esse saber será um produto proveniente do contato com o nosso ensino histórico, e do modo como este foi apresentado.

Portanto, considerar qual a perspectiva, qual o sujeito receberá e como reagirá frente a consciência histórica que já possui e qual abordagem que, consequentemente, comporá parte do saber desse discente, que pode ser reformulado ou confrontado a partir daquele lugar de saber que é ponto de partida para a construção de um pensamento histórico sobre um fato, um acontecimento ou uma (in)formação.

Na ótica contemporânea presentista, a construção do futuro não é mais o foco, a necessidade imperativa do hoje se coloca e o passado não é mais encarado como modelo. Logo, qual baliza teórica seguir? Como articular essas relações com o tempo dentro de um procedimento historiográfico? Se não há distanciamento temporal, o que cabe ao historiador enquanto cientista que traz o passado ao presente?

Longe de intencionar uma resposta definitiva e completa a essas indagações, busca-se aqui trazer meios epistemológicos para entender essas questões que se colocam como urgentes e que, sucessivamente, chegam aos docentes pelas narrativas e tomadas de posição dos estudantes que, sem saber, trazem para a sala de aula outras temporalidades, fazendo frente a narrativa cronológica que o conhecimento histórico escolar tradicionalmente possui.

À vista disso, tem-se a *História do Tempo Presente* como uma corrente historiográfica que juntamente com a *Didática da História* podem trazer respostas (ou até permitir formular novas perguntas) para a abordagem do docente perante essas novas vivências e indagações, buscando entender a construção das problematizações históricas num regime de temporalidade presentista, fazendo conjuntamente com os discentes esse exercício de criticidade.

> Assim, a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções. Outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunha e ator de seu tempo e, muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças do que nos fenômenos de longa duração que necessitam de maior recuo. Por sua vez, essa singularidade de objeto deve nos alertar para a necessidade de buscar métodos e temáticas também específicos, como, por exemplo, a importância das cronologias antes das análises de conteúdo; a valorização dos períodos de ruptura e dos eventos políticos, a utilização das fontes orais e a busca de interdisciplinaridade (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 23).

Um tema como a Ditadura Civil-Militar no Brasil pode ser vislumbrado pela ótica da História do Tempo Presente? Ora, pode-se dizer que esse fato em si foi encerrado? Que por uma justiça de transição, puniu e se fez de exemplo para a sociedade democrática que se vive? Os "fantasmas" de um Golpe ficaram em 1964? Cada vez mais, deve-se enquanto historiadoras e historiadores confrontar as falas, ações e medos de que se vivencia de forma consciente perante um ciclo histórico que ainda não se fechou. Pois as salas de aulas, redes sociais, vídeos e manifestações populares mostram que esse passado se faz, infelizmente, muito presente[17].

> O passado nos questiona à medida que o questionamos. Quanto ao presente, ele é colocado sob a égide do conceito de iniciativa, de um fazer, ou ainda, de uma conexão. Uma História do tempo presente abriria, então, seus extremos a todo o espaço da experiência, em nome do futuro de um passado tornado fonte de um agir. (DOSSE, 2012, p. 18-19).

Assim, a *História do Tempo Presente* permite realizar essa análise conjunturalmente com a *Consciência História,* surgindo enquanto uma possibilidade didática para o ensinar

[17]Ver: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/05/01/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-manifestacao-na-esplanada.htm. Acesso em 08 jul. 2021.

História de forma "nova[18]", sobretudo, quando ecoa no presente um passado que se posiciona, atua e toma sentido na contemporaneidade, como por exemplo, ao observar as percepções hodiernas sobre o Golpe Civil-Militar de 1964.

Por fim, entre inúmeras narrativas históricas pensar nos limites e possibilidades de abordar e trabalhar as tantas *consciências* que se constroem com outras esferas e processos sociais presentes na dinâmica social brasileira perante um fato tão necessário de esclarecimentos, problematizações e sua inserção no espaço escolar, e, mais especificamente, no ensino de História no Brasil que se pode discutir mais detalhadamente.

## 1.3 CONHECIMENTO HISTÓRICO, INTERNET E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA DISCUSSÃO À BRASILEIRA

Qual a importância da internet para a divulgação do conhecimento histórico? Há algumas décadas essa pergunta seria vista como exagerada. Hoje, é mais que urgente trazer à baila este questionamento, sobretudo, buscando compreender o contexto brasileiro em relação ao consumo de narrativas históricas neste espaço.

Pensar no consumo, na produção do conhecimento histórico e na promoção da História-ciência pode-se dizer que são reflexões que acompanham o cotidiano de historiadoras e historiadores ao aprofundar suas pesquisas e escritas, chegando a uma definição, tem-se a análise de Reis (2003):

> É preciso insistir na primeira questão: afinal, o que é a história e o que faz o historiador? Em geral, evitam-se respostas abstratas: é o conhecimento do passado humano, dos homens do passado, dos fatos e feitos humanos do passado. Isso exclui os fatos naturais. É um conhecimento que pretende obter a verdade do seu objeto através da investigação, da interrogação e do controle das fontes. No entanto, uma resposta segura só é possível mediante a análise da prática concreta dos especialistas. A história existe e é praticada por uma comunidade especializada. É, portanto, o que pratica a comunidade dos historiadores. Pode-se encontrar a estrutura lógica de seu método observando o modo pelo qual os historiadores operam. Mas, "o modo pelo qual os historiadores operam" é histórico, muda, e, mesmo observando a prática concreta da comunidade historiadora, não se pode definir de forma

[18] Sobre a história do tempo presente e a produção historiográfica desta perspectiva, a França apresenta uma das maiores referências. Em 1978, foi fundado o *Institut d'histoire du temps présent* (IHTP), efetivamente inaugurado em 1980 sob a direção de Francis Bédarida, estendendo-se até o iniciar de 1990. A historicidade deste instituto é intimamente relacionada aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de uma nova perspectiva historiográfica: o tempo presente diante da historiografia contemporânea. Philippe Tétart, em uma edição propedêutica, intitulada "Pequena História dos Historiadores" (*Petite Histoire des Historiens*), publicada no Brasil pela EDUSC – Bauru – SP, nos apresenta uma síntese das perspectivas teórico metodológicas, e, sobre a história do tempo presente é enfático: "A história do tempo presente não é nova. Tucídides foi um historiador do vivido, e muitos outros o seguiram" (TÉTARD, 2000, p. 133). E poderíamos acrescentar August Comte, Hegel, Ranke e Marx que também o foram.

> incontestável o que ela faz. Hoje talvez se possa afirmar, observando a operação histórica concreta dos historiadores, que a história é o conhecimento "cientificamente conduzido" do passado humano – problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado. Ela procura realizar um diálogo entre os homens vivos do presente e os homens vivos do passado de forma racionalmente conduzida (REIS, 2003, p. 101).

No decorrer desta pesquisa, buscou-se apontar caminhos e esquadrinhar suportes teóricos para compreender e analisar o fazer histórico na internet, em especial, nos vídeos do canal "Vamos Falar de História". E, entre os múltiplos campos de análise possíveis, adota-se o conceito da História do Tempo Presente como possibilidade de discussão teórico-metodológica em relação ao tema político sensível que é o Golpe Civil-Militar iniciado no ano de 1964.

A compreensão do tempo presente pelos indivíduos é multifacetada na atualidade onde existe toda uma gama de meios que permitem ampla divulgação de uma informação – sendo verdadeira ou não – o que demanda por parte das historiadoras e historiadores, um acompanhamento atento e a embrenhar-se nestes espaços. Sendo necessário analisar que:

> Cada vez mais professores, leigos e historiadores não profissionais disponibilizam aulas no *YouTube*, que são assistidas por alunos para se prepararem melhor para as provas. Dessa forma, o tema precisa ser investigado pela academia (RAMOS NETO; SÁ, 2019, p. 182).

A produção historiográfica e suas inovações teórico-metodológicas têm necessidade de se fazer presente nesses novos espaços de criação de linguagens e narrativas históricas na qual observa-se o posicionamento dos indivíduos perante o conhecimento das experiências humanas, sobretudo, quando essas narrativas através dos processos discursivos permitem analisar a partir de qual perspectiva os acontecimentos históricos trabalhados na escola chegam previamente para as alunas e alunos.

Atualmente, a História escolar lida com diversos espaços que competem com docentes, livros didáticos e até mesmo o necessário debate entre os/as estudantes. Enfrentar os desafios colocados atualmente pela *youtubezição* de aulas em que as temáticas são apresentadas de forma rápida e resumida em slogans como os "500 Anos em uma Hora/História do Brasil[19]" somada a *tiktokzação* da produção de conteúdo com constrangedoras dancinhas em vídeos infantilizados juntamente com a prática do ensino

[19] Ver: https://www.youtube.com/watch?v=q7E4XrfGGnE. Acesso em 20 jul. 2021.

remoto no período de pandemia, possibilitam várias considerações acerca da utilização da internet e seus vários espaços na produção de conteúdo no que se diz histórico.

Nessa conjuntura, escolher um campo de estudo no qual conceber o presente historicamente e romper com a separação temporal entre o objeto de estudo e a historiadora que investiga faz-se mister. Citando Fiorucci (2011, p. 111): "[...] esse ramo da história que se propõe a encarar um tempo que até pouco tempo não lhe pertencia" faz compreender como ecos de um passado que não se finalizou, que se faz presente e atua como uma temática possível para se pensar em conjunto com o ensino de História.

> Entender e recordar são parte integrante do ofício do intelectual do presente. Um não pode existir em detrimento do outro. O exercício de reflexão acompanhado de um constante estranhamento de sua própria condição existencial no presente é condição sem a qual o intelectual não poderia ler seu próprio tempo. Refletir sobre a História do Tempo Presente é, em larga medida, construir uma visão com relação a certa ideia de passado – espaço de experiências – ou em relação ao futuro – horizonte de expectativas. [...] Partindo desta análise, o historiador do presente não estaria pautado pela necessidade de "descobrir verdades ocultas", mas sim de tornar legível seu próprio tempo, dando aos problemas e acontecimentos presentes uma historicidade, fazendo com que os eventos sejam problematizados. A função do diagnóstico do tempo presente é tirar dos eventos, ocorridos no momento das análises, a ideia de algo posto, dado, natural, para, através de uma teoria crítica de estranhamento, a própria condição do investigador mediante seu objeto, o cotidiano, pensar sobre as implicações, os desdobramentos, do mesmo perante a sociedade. Portanto, nossa intenção não se debruça sobre a realidade propriamente dita, mas sobre aquilo que a torna possível, e como torná-la legível (SCHURSTER, 2015, p. 424).

Assim, a *operação historiográfica* que é inerente ao ofício da escrita do passado, passa também a ser elaborada em uma temporalidade presentista, visto que convive com aquele "passado que não passa[20]" e entendendo que é a partir do presente que projetasse o passado; coexistir na realidade brasileira hodierna em que a sociedade é comandada politicamente por golpistas, genocidas e negacionistas, pede que as historiadoras e historiadores, estando em salas de aula e/ou em objetos de pesquisas acadêmicas, possam investigar esse "passado que não passou".

Nesta pesquisa, é possível selecionar o passado-presente na "ferida aberta" que é o Golpe Civil-Militar de 1964. O suposto conhecimento histórico ensinado na internet,

[20] O livro "O passado que não passa: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina" é composto de uma coletânea de textos que analisam como, após os períodos de redemocratização, o passado foi revisitado, analisando a luta por justiça e os legados autoritários que ainda estão à espera de interpretações históricas e contribuindo para que "as sombras das ditaduras" se dissipem, já que os autores tiveram abordagens até agora pouco exploradas pela historiografia sobre o tema. É leitura importante, não só para os estudiosos da História do Tempo Presente, mas também para o público em geral, que só a conhece de relatos das gerações anteriores.

especialmente no canal “Vamos Falar de História?” do YouTube, promove uma narrativa que se faz presente nas falas dos estudantes, romantizando e até negando um acontecimento histórico em que a ruptura democrática, censura a violência que perduraram por 21 anos, e, que ainda é visto em 2022 como uma possibilidade desse atual governo[21].

As conexões entre passado e presente permeadas pelas construções de narrativas históricas através da internet aproximam os indivíduos dos acontecimentos antes retratados em enciclopédias, livros, jornais, televisão e outros. Todavia, está em ascendência a produção, divulgação e popularização de falas que buscam produzir um sentido sobre o passado cada vez mais voltadas para as continuidades desse passado-presente.

Essa produção de narrativas do passado, precipuamente sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, vêm produzindo uma polissemia de sentidos históricos que ultrapassam a historiografia, visto que, virtualmente, os produtores de conteúdo têm autonomia para produzir, publicizar e “postar” os conteúdos históricos sem a necessidade de passar por avaliações éticas, científicas para qualificar este suposto saber.

O barateamento e expansão das redes de acesso à internet e a computadores, somando-se ao consumo massivo dos smartphones no Brasil[22] disseminou o acesso de conteúdos produzidos por pessoas comuns, que passaram a utilizar dos espaços virtuais para comentar, apresentar e problematizar diversos temas, inclusive aqueles conteúdos curriculares da História escolar. E em qualquer horário, o dispositivo eletrônico e o lugar com acesso à internet, passa a acontecer uma disputa entre o saber histórico institucionalizado/acadêmico e o espaço infindo, descerrado dos dogmas da academia e regras do espaço escolar, que é o *streaming*, em especial o YouTube.

Trazer para o campo de pesquisa as possibilidades de utilização de tecnologias na construção de narrativas históricas e analisar essa “metodologia” de ensino que se destaca pela própria característica do audiovisual em cativar o público jovem, sobretudo, somando-se a capilaridade de disseminação das produções de vídeos disponibilizadas no YouTube, visto que:

> Hoje, a plataforma recebe cerca de 500 horas de conteúdo por minuto, e cerca de 70% do público assiste os vídeos em dispositivos mobile (como celulares e tabletes), o que contribui para sua popularidade, haja vista que a possibilidade de assistir a vídeos de qualquer lugar com internet facilita o acesso do público (RODRIGUES, 2021, p. 176-177).

[21] Ver: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/31/por-que-o-brasil-ainda-flerta-com-a-ideia-de-uma-intervencao-militar. Acesso em 17 set. 2022.

[22] Ver: https://link.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ja-tem-mais-de-um-smartphone-ativo-por-habitante-diz-estudo-da-fgv,70002275238. Acesso em: 23 jul. 2021.

Por isso é fundamental que as percepções sobre o passado – e suas tentativas de manipulação, disputas pela(s) memória(s), as percepções sobre o tempo presente e o uso da internet e a sua relação com a educação sejam problematizadas, analisadas tanto como produto comercial de grande potencial mercadológico, bem como, uma forma de "escrita" do conhecimento histórico.

Na presente pesquisa, pelos limites epistemológicos que possuí, buscou-se mesmo que inicialmente, pontuar aspectos desse novo espaço de propagação e recepcionamento de narrativas sobre o passado, cientes de que há toda uma gama de debates em curso sobre *mass media*, hegemonia cultural, capitalismo tardio, entre outras vertentes que são analisadas sobre o conteúdo histórico enquanto mercadoria "vendida" pelo YouTube e as demais plataformas digitais de vídeos.

As narrativas de um conhecimento histórico disponibilizado na internet, sejam válidas ou não, estão cada vez mais populares pelo próprio crescimento exponencial de plataformas, aplicativos e sites. Contudo, a nível de fonte para pesquisa para o campo da historiografia, ainda é preciso explorar mais esses espaços. Como adverte Silva (2019), "História e mídia: as apropriações do passado numa escrita de fronteira", texto que faz parte da Coleção História do Tempo Presente, em seu primeiro volume:

> É inegável que no século XX pudemos dar um salto espetacular nas pesquisas históricas ao incluirmos os produtos das mais variadas mídias como objetos de nossas investigações. Ao já clássico uso do jornal, foram acrescidos estudos que consideraram a fotografia, o filme, a televisão, o rádio e, mais recentemente a internet, como rastros essenciais para a problematização do passado. Todavia, até os anos de 1970, parecia haver uma separação muito bem demarcada sobre o papel desses registros e a dimensão teórico epistemológica de tais linguagens. Quero dizer que, a despeito das complexas abordagens desencadeadas por um sem-número de historiadores, as perguntas não problematizavam essa produção como o resultado de um conjunto de formuladores de sentidos que interferiam profundamente em suas apropriações e seus modos de dizer o mundo (SILVA, 2019, p. 65).

No tempo atual vive-se uma batalha pela memória em um novo lugar que se apresenta enquanto um ambiente hostil aos professores e professoras, e ainda pouco explorada pela academia, a internet e seus perigos para a educação, circunstancialmente, no campo do ensino da História. Logo, debater sobre memória e as construções de narrativas sobre o passado, é atestar que esse passado precisa ser lembrado, rememorado, revisionado ou negado para aqueles que o vivem e trazem ao tempo presente.

Demonstração disso é a propagação de discursos de ódio, conteúdos de oposição aos conhecimentos basilares escolares (tomando-se, por exemplo, a amplitude de informações sobre a realidade alternativa onde o planeta Terra é plano e não esférico) e embates políticos que ao mesmo tempo em que criminalizam, fazem parecer que a ideologia comunista venceu a Guerra Fria ao se buscar assistir e, maiormente, ler os comentários de vídeos que apresentam tais "informações".

O ambiente virtual tem um alcance muito perceptível no mundo real, e as ações que são impulsionadas pela quantidade de visualizações, comentários e compartilhamentos de vídeos do YouTube são sentidas na sociedade e demonstram que esse espaço, e a linguagem é lugar de poder, podendo ser descrito por Rodrigues (2021):

> Em 11 de agosto de 2019, o prestigiado jornal *The New York Times* publicou um artigo intitulado "How YouTube radicalized Brazil" ("Como o YouTube radicalizou o Brasil"), escrito por Max Fisher e Amanda Taub. O texto em questão explicava como em anos anteriores youtubers, especialmente do campo da extrema direita, usaram a plataforma para divulgar discursos radicais a respeito de política, e como estes tiveram impactos reais não apenas na radicalização política de segmentos da sociedade, mas nas próprias eleições de 2018 – e não só para a presidência. Essa ação não se deu apenas pela mera exposição de opiniões, muitas vezes em retórica inflamada, mas também pela distorção de fatos e compartilhamentos em massa de notícias falsas – as tão faladas *fake news* – que ressoaram em grandes parcelas da população. No meio de todo esse processo, a educação pública, uma vez mais, foi duramente atacada por motivos que os profissionais de educação conhecem de longa data: um misto de culto à ignorância (que é politicamente conveniente a determinados grupos) com campanhas de descrédito da educação pública (algo bastante útil para o crescente *lobby* do setor privado nas diferentes instâncias da política nacional (RODRIGUES, 2021, p. 186, grifos do autor).

Observa-se que o YouTube deixa de ser uma ferramenta, para se configurar cada vez mais enquanto instrumento para a aquisição de conhecimento e informação por milhões de brasileiros[23]. Por isso, busca-se compreender a importância social e histórica deste espaço tão cronologicamente novo, mas absurdamente potente, com intuito de entender sobre o funcionamento de suas linguagens, meios de validação e principalmente, a relação das produções de cunho histórico que reverberam os dias atuais (QUEIROGA JÚNIOR; DULCI, 2019).

[23] Ver: https://vejario.abril.com.br/cidade/105-milhoes-brasileiros-mes-youtube/. Acesso em: 02 ago. 2021.

## CAPÍTULO 2: "DEIXA OS HISTORIADORES PARA LÁ": REVISIONISMOS, VISUALIZAÇÕES E *LIKES*

Temos no marco temporal século XIX o reconhecimento do fazer histórico enquanto um fazer científico com metodologia, objetivos e questionamentos próprios para produção de teorias e explicações científicas que visam a compreensão do passado. Este tempo passado, as memórias, as relações da humanidade com o tempo e todas as problemáticas advindas do conhecimento (ou ausência deste) passam a ser pensados e trabalhados em busca da construção de um discurso de verdade positivada pelo Estado. Aquele que realizava esse trabalho especializado de pesquisa, organização e escrita passa a existir enquanto cientista familiarizado com o passado e autorizado a explicá-lo.

No século XX, a ciência histórica passa por uma renovação metodológica que se opõe a escrita da História positivada pelo Estado, esse movimento surge através das publicações e problematizações da Revista dos Annales. A História tradicional, positiva e o relato fiel das fontes documentais passa a ser uma vertente de método científico frente a História-problema, nova proposta de investigação do passado em que o historiador não apenas relata, mas questiona, cria hipóteses, cruza fontes e até mesmo redefine o que pode vir a ser fonte histórica, enquadrando na visão de seu trabalho outros tipos de vestígios para se conhecer o passado, para além dos relatos documentais/oficiais.

As escolas metodológicas da historiografia não se esgotam na dualidade Nova História; Escola dos Annales. Existem outras teorias de pesquisa em História que tencionam explicar a construção das temporalidades e sua relação com a formação da humanidade. Contudo, não é nosso objetivo apresentar neste tópico todas as escolas históricas de nossa ciência. Exemplificamos de maneira resumida as teorias mais conhecidas pelos historiadores de forma a apresentar um breve relato dos métodos de validação do conhecimento científico que podem ser utilizados pelos profissionais em História.

Nesse âmbito, chegamos ao século XXI e de modo específico no Brasil. No decorrer da campanha presidencial em 2018, o ex-presidente do Brasil enquanto ainda era candidato, foi entrevistado, com transmissão ao vivo no noticiário mais visto do país. Ao ser questionado acerca de uma fala do seu vice sobre uma possível "solução que os militares teriam que impor ao Brasil" e relação com o golpe de 1964, o então candidato externa sua visão deste evento enquanto uma revolução e ignora toda uma produção científica dos historiadores acerca da

História da Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985). Para melhor contextualização, segue transcrição do fato citado[24]:

> Entrevistador: Os historiadores sérios se referem a 1964, candidato, como um golpe militar. É assim que se trata nos livros, é assim que a história mostra que os fatos se deram. O que eu lhe pergunto, é para o momento que estamos vivendo, eu já dei um salto aqui de três anos. Nós estamos em 2018. Em 2018, o seu vice dar uma declaração como essa, dizer que os militares vão impor uma solução, como fica a Constituição numa situação como essa?
>
> Jair Bolsonaro: **Olha, no meu entender, foi uma alerta que ele deu e, no mais, deixa os historiadores para lá.** Eu fico com Roberto Marinho, o que ele declarou no dia 7 de outubro de 1984, vou repetir aqui [...]. (JORNAL NACIONAL, 2018, grifo nosso).

Importante citar que em 2020, Jair Bolsonaro vetou integralmente a proposta resultante do Projeto de Lei 4699/12, do senador Paulo Paim (PT-RS), que pretendia regulamentar a profissão de historiador. Deputados e senadores derrubaram o veto presidencial em votação conjunta; o que levou a promulgação da Lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências[25].

O que leva um simples acontecimento, ao status de acontecimento histórico? Qual o crivo para que um momento entre para o rol daquilo que é "histórico"? A produção de conhecimento histórico em status de ciência após se estabelecer como tal, passou a viver uma disputa de fronteira com jornalistas (FICO, 2021) e, em nossos dias, cada vez mais se debruça com "produtores de conteúdo", "influenciadores" que

> [...] hoje, qualquer pessoa ou organização pode funcionar como uma emissora de rádio ou de imagens produzindo notícias, comentários e opiniões com grande alcance. Pode, portanto, interferir na opinião pública, até mesmo por meio de falsidades – as chamadas *fake news*. [...] Seja como for, esse panorama, naturalmente, também afeta a História. Antigas concepções negacionistas ganham força, como, no caso brasileiro, a falsa suposição de que não houve uma ditadura militar ou de que não há racismo no país. A positividade da existência plural de interpretações é conspurcada pela defesa de versões opinativas não fundamentadas – o que amplifica a importância do ensino escolar da disciplina História, pois o debate de tendências historiográficas diversas não se confunde com a legitimação de quaisquer versões: a opinião é livre, mas ela não é conhecimento objetivo. (FICO, 2021, p. 34, grifos do autor).

[24] Ver: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml. Acesso em 28 set. 2022.

[25] Ver: Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/. Acesso em 29 set. 2022.

Os eventos envoltos em revisionismos, negacionismos e as variadas falsificações de um conhecimento histórico, hoje produzidas de forma massificada e mais popularizadas no cotidiano com a nomenclatura de "*fake news*", possuem uma longa história e tem a historização de seus danos na pauta de escrita dos historiadores e historiadoras (NAPOLITANO, 2021).

Ao se pensar a realidade brasileira e sua relação mal resolvida com o Golpe de 1964 e suas continuidades e contemporaneidades e, em especial, o alcance de uma visão totalmente opinativa e partidária (e produzida/pensada por pessoas de fora da área da História) que aborda o Golpe Civil-Militar de 1694 por um viés revisionista de extrema-direita; tendo-se como exemplo o canal no YouTube objetificado nesta pesquisa o: "*Vamos Falar de História?*".

No Brasil dos últimos anos, vemos a ascensão deste revisionismo de matriz ideológica, somando-se à expansão dos ideais negacionistas em relação não apenas aos processos históricos (mas alcançando também mortos pela pandemia de Covid-19, eficácia da vacinação, validação de votos nas urnas eletrônicas, etc.) e o amplo alcance destes discursos, que dentro do contexto da pós-verdade e com o fortalecimento da extrema direita, ganham cada vez mais uma aparência de verídicos, seja pela quantidade de visualizações, compartilhamentos e "curtidas" – visto que são propagados por meio das redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas próprias, por exemplo: a "*Plataforma Brasil Paralelo*", que se define enquanto "*uma empresa de entretenimento e educação*", "*orientados pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo*[26]" [*sic*].

Abordando a respeito de categorias dialógicas, mas também as diferenciações entre: revisionismo, negacionismo e falsificação do conhecimento histórico que pretende-se explicitar a relação com o método e o conteúdo do canal "*Vamos Falar de História?*", através da produção de seus vídeos – em especial o vídeo " Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL" (grifos do autor) – de maneira a buscar compreender sua validação ao ser consumida por um nicho, enquadrando este como "validado" enquanto fonte por meio de acessos, likes, comentários etc., que alimentam a imagem do canal, em oposição a ciência histórica que deve ser avaliada pelos pares, por seu método de análise e cientificidade.

É neste interim: História, seus escritores, seus negadores, seus revisionistas ideológicos e os novos espaços de produção, apropriação e disputa desta ciência em

[26] Ver: https://www.brasilparalelo.com.br/sobre. Acesso em 30 set. 2022.

consoante com suas estratégias de validação, que discutimos com maior enfoque neste capítulo.

## 2.1 AS DISPUTAS DO HOJE SOBRE O ONTEM: REVISIONISMOS, NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A educação histórica é antes de tudo, necessária para o entendimento do tempo presente. Aos historiadores e historiadoras não cabe mais o engessamento dialético de se permitir analisar o que se configura enquanto passado (e quem pode definir o que é passado?) e deixar ao tempo presente um silêncio, ignorando que "Na fina camada entre memória e esquecimento, por vezes o que se revela, desconcertante e assustador, é o presente." (epígrafe do documentário Menino 23[27]).

Assim, a prática historiográfica que contorna a escrita da História muda de perspectiva, e abandona a observação, descrição e registros dos fatos e sua suposta neutralidade, para se dedicar a compreender os debates e disputas dos acontecimentos históricos que reverberam no presente. Dado que, conforme compreende Pedro Paulo Funari: "O passado só existe no presente – no sentido de que só temos contato com o que se passou pelos vestígios que nos são disponíveis hoje – e está sempre em constante processo de *apropriação* ou *uso*." (FUNARI, 2021, p.118, grifos do autor).

Não que a pesquisa e a escrita busquem uma "verdade" que perpasse o tempo e se solidifique no presente de forma a se cristalizar enquanto única versão dos acontecimentos. Nada obstante, a verdade factual é plural. E a pluralidade demanda a contestação dos fatos e o confronto entre fontes, versões e informações que produzem a (re)escrita da História e suas constantes interpretações enquanto saber. Revisar é revisitar uma necessidade da própria estrutura comportamental da historiografia.

Citando o historiador francês Antoine Prost: "a história afirma o que é verdadeiro; no entanto, suas verdades não são absolutas" (PROST, 2012, p.257), ou seja, revisitar e revisar a representação que se produziu da memória do passado histórico é parte do ofício do historiador. O revisionismo histórico fruto de pesquisas sérias é fundamental para que os

[27] Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil é um documentário brasileiro de 2016, por Belisario Franca. O título faz referência ao sobrevivente do nazismo no Brasil, Aloisio Silva, chamado apenas por este número durante infância em 1930, quando escravizado em uma fazenda no município de Campina do Monte Alegre. O filme esteve na disputa, por uma indicação, ao Oscar de Melhor Documentário de Longa-Metragem, no Oscar 2017.

discursos sobre os acontecimentos sejam múltiplos e possam aproximar os indivíduos da escrita da História.

> [...] certas indagações são aceitáveis e saudáveis, até determinado ponto tanto na historiografia quanto na própria memória [...]. O negacionismo, porém, surge como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do anti-semitismo da extrema-direita. (NETO, 2009, p. 12) [*sic*].

As revisões historiográficas do passado almejam trazer soluções para os questionamentos do presente sobre esse passado. O conhecimento histórico não é estático, o tempo cria, pede e faz com que revisitemos as formulações escritas dos fatos históricos que podem ser sempre (re)estudados. E se verificando, cruzando fontes, discursos, perspectivas históricas, historiadoras e historiadores interpretam, analisam, verificam e desenvolvem a ciência da História.

> [...] o *revisionismo* como um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias. Assim, há a revisão historiográfica como procedimento que é fruto do avanço do conhecimento, da mudança de perspectivas e do surgimento de novas fontes. (NAPOLITANO, 2021, p. 98-99, grifos do autor).

Difere-se do revisionismo histórico, uma versão com intenções ideológicas, que forja uma relativização e, até mesmo, uma negação dos fatos históricos, e que age promovendo-se como um revisionismo do conhecimento efetivamente historiográfico – quando sabemos que sua narrativa pseudo-histórica é pensada, forjada e utilizada como embasamento para as disputas políticas de memórias no presente. Uma definição que se aplica a este movimento que busca revisar-negando passados nos é trazida por Marcos Napolitano na obra Dicionário dos Negacionismos no Brasil (2022):

> No terreno historiográfico, mais sutil que o negacionismo, existe outra estratégia que podemos nomear como ‘revisionismo ideológico’. Ele pode ser definido como questionamento de consensos científicos como parte de uma luta político-ideológica, a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses correntes e aceitas na comunidade científica, mas devidamente descontextualizadas, para construir argumentos que reforcem as polêmicas opiniões e ideologias dos revisionistas. (p. 217)

Partem do hoje, do tempo presente narrativas intencionadas que buscam se apropriar de uma escrita do passado que se contextualiza com as intencionalidades ideológicas, políticas, crenças e, nas circunstâncias da chamada pós-verdade e sua disseminação viral promovida pelas redes sociais, simulam um passado.

Qual o propósito? Uma possibilidade de entendimento é que essa revisão ideológica busca em seu âmago, destruir o passado para modificar posturas necessárias ao presente: posturas, ações estatais, construções de dispositivos legais, políticas reparatórias das ações de estados/governos e reinvindicações sociais que têm no passado sua justificativa. O revisionismo ideológico questiona, discorda, pretende silenciar, por fim, negar todo um passado para que ele não reverbere no presente.

Destarte, importante citar que ampla maioria dos passados disputados por estes revisionistas, são de acontecimentos históricos onde não cabe uma legítima "desconfiança", são fatos irrefutáveis; a exemplo do Holocausto, da Escravização de Povos Africanos e da Golpe que levou à Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O revisionismo feito com intenções e viés pautados na ideologia de seus autores almeja controlar as narrativas sobre o passado com suas falsificações. Seja fabricando histórias, semeando dúvidas, criando procedimentos pseudocientíficos de uma suposta "pesquisa" ou chegando até mesmo a enganar deliberadamente seus consumidores com a ilusão de apresentar uma verdade que foi ocultada e que agora, por eles, será revelada.

Assim, o revisionismo ideológico é também uma arma política. Usando da má fé e abusando dos cidadãos que consomem suas narrativas, os engana por meio de uma roupagem de ciência, apresentação eloquente nos vídeos, podcasts e demais meios onde se apresentam.

Essa *fake History*[28] engendrada por estes supostos revisionistas, pode também ser definida como uma versão do negacionismo científico e histórico, afinal, revisionismo ideológico e negacionismo tem as mesmas estratégias visando conquistar um público, público esse que não é necessariamente ou inicialmente apoiador das narrativas, mas que 'caí' na argumentação apresentada enquanto perspectiva de uma história "ocultada".

> O 'negacionismo histórico' pode ser incluído na grande família dos negacionismos científicos, das *fake news* e da *fake History*, com o agravante de ser utilizado normalmente, para ocultar crimes de Estado, diluir suas responsabilidades e lutar contra a 'justiça reparativa' a vítimas e seus herdeiros diretos ou indiretos. (NAPOLITANO, 2021, p. 96-97, grifos do autor)

Negar acontecimentos que pertencem à memória coletiva da escrita de uma História da humanidade – ao menos a Ocidental – é um processo múltiplo que envolve diferentes esferas da sociedade humana, que perpassam os campos político, social, econômico, científico e que, historicamente, também possui uma cronologia, uma historicidade.

[28]Conceito criado por Jason Steinhauer visando dar conta da força com que o obscurantismo tem atingido e moldado a visão sobre o passado e a competência em História do público em geral.

Contudo, pensar sobre o próprio conceito de revisionismo-negacionismo em si e os que o fazem enquanto suposta prática, nos traz, enquanto historiadores, a reflexão deste processo e seu constructo político-intelectual e prático, definindo o lugar social destes a partir da negativa: negacionistas não são historiadores e nem revisionistas; não tem método historiográfico; negacionistas não oferecem uma versão historiográfica (MORAES, 2011).

> [...] É possível considerar o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade que ele afirma praticar. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica, etc), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo. (MORAES, 2011, p. 15, grifos do autor).

O negacionismo[29] é um embuste epistêmico, uma mentira pura de um evento histórico, que teve sua *Estrutura Argumentativa* destrinchada por Pierre Vidal-Naquet em "Os assassinos da memória" (1988): mobilizando falas, incentivando ações e agindo em torno dos passados que se tornam ainda mais sensíveis a estes que negam, amenizam e pretendem apagar as feridas abertas que ainda sagram hodiernamente.

O negacionismo é parte do corpo político-social de revisionistas ideológicos, que realizam uma "apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista." (NAPOLITANO, 2021, p. 86-87) sendo não apenas falsificadores do passado, mas idealizadores *"*[...] de realizações coletivas em que práticas de negação transformam-se em formas completamente diferentes de ver o mundo, indo além da recusa da verdade e produzindo outra verdade, que se pretende superior [...]". (RATTON, 2022, p. 198)

> O negacionismo poderia ser definido como a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico. Em outras palavras, o negacionista rejeita o conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e

[29] Popularizado por Henry Rousso, o termo negacionismo invadiu a cena pública do mundo ocidental do pós-guerra quando alguns indivíduos alcançaram popularidade ao postularem que o extermínio dos judeus havia sido uma gigantesca farsa histórica patrocinada por poderosos interesses políticos e econômicos ligados ao Estado de Israel e ao movimento sionista internacional. Negacionistas como Robert Faurisson, David Irving, Ernst Zundel e Roger Garaudy, entre outros, procuraram legitimar seus lugares no campo intelectual ao afirmarem que suas teses falaciosas eram "revisionismos históricos", elaborados por meio dos procedimentos metodológicos obrigatórios do trabalho do historiador: levantamento e exame crítico das fontes, construção de hipóteses explicativas e formulação de conclusões objetivas.

> metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta "verdade ocultada" pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares por causa de supostos "interesses políticos ligados ao sistema". Assim, os negacionistas alimentam e são alimentados pelas diversas "teorias da conspiração" que sempre existiram, mas que nos primeiros anos do século XXI têm sido canalizadas por interesses políticos, sobretudo de partidos e líderes de extrema direita, para combater os valores progressistas e democráticos. Em muitos casos, uma opinião negacionista tem sua origem em várias análises "revisionistas" do passado, que se propõem a revisar as teses e os estudos mais aceitos na comunidade científica." (NAPOLITANO, 2021, p. 98, grifos do autor)

Não que exista uma única fonte e discurso válido sobre o passado, contudo, as possibilidades de passado que estão em aberto não contemplam acontecimentos históricos que são disputados pelas perspectivas negacionistas. Essas "histórias negacionistas" adquirem estima e repercussão nos nichos onde ecoam como sintoma de grupos, indivíduos, associações que optam por escolher (e acolher) um passado que legitima a construção de um presente enquanto deformação, de um hoje onde se suspeita de tudo, de todos – exceto aqueles e aquelas que falam aquilo que se quer ouvir.

> Ocorre algo similar com diferentes profissionais da verdade, cujas afirmações costumavam ser legitimadas a priori, com base na autoridade para lidar com informações não acessíveis a todos. Além de cientistas, jornalistas, intelectuais, professores e experts têm sido questionados, dificultando sua atuação como mediadores entre o poder político e o público em geral. Intermediários sempre tiveram um papel importante no sistema de pesos e contrapesos que faz com que a democracia funcione, o que vai além dos momentos eleitorais. Atualmente, lideranças desprovidas de qualquer credencial técnica ou acadêmica reivindicam autoridade para enunciar verdades, pois o contato direto com o público, favorecido pelas redes sociais, dispensa mediações. É assim que novos formadores de opinião conquistam seguidores e disputam a prerrogativa de influenciar o poder público. (ROQUE, 2013, p.9)

Um negacionista nunca é apenas um negacionista por si só, faz parte de uma ampla rede de desinformação que busca alcançar o debate público do presente por meio da falsificação histórica do passado. Essa insistência em se apresentarem como historiadores críticos, preocupados com a verdade e vítimas de perseguições, é uma forma dos negacionistas tentarem credenciar suas conclusões junto à opinião pública menos exigente. Quando, a realidade, é que suas supostas pesquisas e pseudociência, são propagandas, anseios, ilusões de mentes deturpadas e criminosas que, conscientemente e deliberadamente organizam negações da História que não os agrada. Como analisa Marcos Napolitano (2022):

> Podemos entender "negacionismo" como uma estratégia a priori de um consenso científico, a partir de um consenso científico, a partir de uma ação social organizada de desinformação para encobrir interesses econômicos que causam grande impacto

> humano, socioambiental, ou encobrir responsabilidades sobre crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. Geralmente, a estratégia negacionista é defendida por seitas ideológicas extremistas e grupos de pressão organizados contra narrativas aceitas institucionalmente, visando, paradoxalmente, o reconhecimento destas mesmas instituições, tentando validar o negacionismo como uma polêmica científica legítima. (NAPOLITANO, 2022, p. 217, grifos do autor)

Esses falsificadores, promotores de *fake news* com cunho historiográfico querem se apresentar como historiadores, preocupados com a "verdadeira" verdade e, por isso, vítimas de perseguições. Como combater? E o que fazer diante disso? O positivismo não é uma opção, pois ele absolutiza a narrativa, engessa e causa de certa forma um contraponto entre o que seria "a" verdade única e as mentiras. Longe de se ter uma resposta pronta e aplicável, se intenciona apresentar como esses movimentos se articulam para se pensar coletivamente acerca dos meios pelos quais esses discursos chegam nas escolas e são apropriados por estudantes.

## 2.2 "DÁ UM LIKE, SE INSCREVE NO CANAL E COMPARTILHA O VÍDEO!": O ALCANCE DAS MÍDIAS SOCIAIS E OS USOS IDEOLÓGICOS DO PASSADO

Redes sociais sempre existiram. Quando Aristóteles disse que o homem é um animal político, ele chamava atenção para a necessidade natural de estar em um ambiente social e ser um agente determinante no mesmo. Séculos mais tarde, Maslow iria incluir na sua famosa pirâmide das necessidades básicas conceitos como reputação e prestígio, que fazem o capital social, que emerge em nossas ligações sociais. O animal político forma conexões com outras pessoas define formas de convívio, em suma, forma redes sociais. Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós das redes) e suas conexões (interações ou laços sociais) (RECUERO, 2019).

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. (RECUERO, 2019). Redes sociais são pessoas interagindo, não ferramentas de publicação ou interação. Constrói-se valores nesses ambientes seja através da própria ferramenta, seja através do uso da mesma. Para a propaganda esta é uma das áreas que fornece as informações mais valiosas para se entender o público-alvo ou como planejar uma campanha. Verificar os tipos de valores em cada site pode ajudar na percepção do capital social construído nesses ambientes e sua influência na construção e na estrutura das redes sociais. (SILVA, 2018).

Buscar analisar o fenômeno das mídias sociais e sua conexão com a formação de identidades coletivas, organizações em grupos com particularidades e suas dinâmicas por meio dos números e dados, repercutiu mais facilmente do que se observar fora de tais redes. A mobilização virtual se tornou majoritária, levando após esse primeiro momento, as pessoas a protestarem, se manifestarem de forma pública.

> Os últimos 15 anos não negam: o negacionismo foi transportado das margens para dentro do discurso público, o que pode ser explicado por muitos fatores, dentre os quais as novas tecnologias. Combinando dúvida e credulidade corrosivas, criando ambientes de excitação emocional máxima, exacerbando a suspeita e alimentando rotineiramente o ódio, os negacionismos contemporâneos auxiliam direta e indiretamente a produção de elevados coeficientes de desconfiança nas instituições modernas e ultramodernas, com atenção especial para a ciência e para a democracia." (RATTON, 2022, p. 199)

No dia-a-dia, as mídias sociais, em especial a transmissão de vídeos em quase simultaneidade dos acontecimentos, trouxe novas formas de construção dos acontecimentos hodiernamente. No caso das narrativas que produzem sentidos sobre o passado, as relações entre a História e as mídias sociais, é cada vez mais marcada pelas falas e questionamentos advindos do tempo presente. E na conjuntura onde temos as mídias trazendo amplo alcance para narrativas produzidas e (re)formuladas por não-historiadores, os acontecimentos históricos passam a ser disputados e problematizados nestes espaços e grupos/comunidades.

Entre as variáveis envolvidas no processo de comunicação que levam as pessoas a responderem aos estímulos vindos das redes/mídias sociais se encontram o interesse, exposição seletiva, percepção seletiva e memorização seletiva (SILVA, 2018). Na internet, é possível com uma margem de erro muito menor, criar condições que nossas mensagens se adequem a tais variáveis.

> Através dessa poderosa forma de organização que se sustenta, sobretudo, na mobilização de afetos, nos deparamos com um desafio real para a validação e a estabilização das formas tradicionais de dizer-a-verdade, exatamente porque o conteúdo fraudulento ou negacionista não se presta à crítica ou à validação de suas proposições fora do circuito no qual se desenvolve. (MENESES, 2021, p.81)

Dessa forma, formando comunidades virtuais, os grupos surgem em torno de interesses em comum, independendo da proximidade geográfica. Tal formato da rede em agremiações pautadas por interesse é defendida por Recuero (2019), como resultado da ascensão do individualismo. O formato das comunidades e sites de redes sociais é centrado nos interesses do indivíduo e não de um grupo. O papel do indivíduo na construção da rede é predominante, já que ele obtém total controle sobre com quem irá interagir e com quais

pessoas irá construir os laços sociais, montando suas redes com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos. A rede, em suma, centra-se nos autores sociais, no que Wellman define como “individualismo em rede” (RECUERO, 2019).

> Embora as redes de compartilhamento tenham trazido para cena pública a possibilidade de usuários produzirem seus próprios conteúdos, além de distribuírem-nos, há limites muito preocupantes nessas ações. No coração da web predominam grandes empresas que gerenciam gigantescos bancos de dados, economias nacionais, acervos ilimitados e, sobretudo, os dados pessoais de seus milhões de usuários, hoje o capital mais valioso dentro desse “liberalismo informacional” (LOVELUCK, 2018, p. 107, *apud* MENESES, 2021, p.80)

Assim, o indivíduo se apresenta enquanto protagonista nas redes sociais na web: seleciona onde participar, com quem interagir e quais assuntos tratar. De forma tal que a pessoa pode isolar-se de qualquer opinião contrária e somente reafirmar suas próprias convicções, o que não promove diálogos na sociedade e isola os indivíduos ainda mais na massa.

A instituição mídias/redes sociais, finalmente, necessita reconhecimento social, por meio de curtidas, likes, compartilhamentos de sua existência e de suas atividades virtuais. O grau de legitimidade de uma instituição, num determinado universo social, depende do grau desse conhecimento. A legitimidade institucional depende não só do reconhecimento externo, mas interno, dos membros da instituição, como também como daqueles que a ela não pertencem.

A legitimação das redes sociais dá razão de ser à ordem institucional, a qual justifica suas regras e faz crer na pertinência de sua hierarquia interna, representando a sua verdade com os membros envolvidos fortalecendo a estrutura criada. (SILVA, 2018). A própria gestão e controle de qual informação chega para cada perfil de cada indivíduo nas redes sociais é gerenciado por empresas, entes privados e algoritmos de inteligência artificial que sem regulamentação externa, levam aos nichos políticos agrupados no espaço virtual um arsenal de pseudo-informações e manipulações abusivas do passado que são recepcionadas sem contestação.

O valor social do ingresso nestas redes de *fake news*, adere a sua capacidade de distinção social, o que sempre proporciona à dificuldade de acesso ao grupo de indivíduos que pensam diferente, ou seja, constrói um universo paralelo com a distinção de seus membros. (SILVA, 2018).

Nessa burocratização, segundo Bourdieu, resguarda “a gestão do depósito do capital sagrado, a informação e o conhecimento, acumulado, e o trabalho reflexivo, como necessário

para garantir a perpetuação desse capital simbólico, em que o primeiro se desenvolve somente podem ser assegurados, por meio de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como por exemplo as redes sociais, de exercer de modo duradouro a ação continua necessária para assegurar a própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços informacionais". (TELLES, 2019).

> Nos últimos anos, marcados por uma sociedade algorítmica, operada pela comunicação em redes sociais, o negacionismo ganhou um terreno fértil alinhando-se a uma tática deliberada de agnotecnologia, expressão cunhada pelo historiador Robert Proctor para ilustrar como algumas corporações e governos têm se beneficiado com a promoção do desconhecimento e a dúvida proposital por meio da apropriação e publicação de dados científicos, duvidosos ou enganosos. (BARBOSA, 2022. p. 307)

O capital das redes sociais é constituído pelo conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de um conjunto durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. Em outros termos, o capital das redes sociais é a vinculação manifesta a um grupo, entendido como o conjunto não apenas dotado de características comuns, mas também unidos por relações permanentes e reciprocamente úteis, por meio das informações disseminadas, sendo estas verdadeiras ou falsas. (ALVES, 2016). A Cultura da Convergência se expressa na mudança da lógica pela qual a cultura opera, com ênfase no fluxo de conteúdos pelos canais midiáticos. Define mudanças tecnológicas, culturais e sociais no modo como as mídias circulam em nossa cultura.

Algumas das ideias comuns expressas por este termo incluem o fluxo de conteúdos através de vários suportes midiáticos, a cooperação entre as múltiplas indústrias midiáticas, a busca de novas estruturas de financiamento das mídias, e o comportamento migratório da audiência, que vai a quase qualquer lugar em busca das experiências que deseja. Talvez, num conceito mais amplo, a convergência se refira a uma situação em que múltiplos sistemas midiáticos coexistem e em que o conteúdo passa por eles fluidamente. Convergência é entendida aqui como um processo contínuo ou uma série contínua de interstícios entre diferentes sistemas midiáticos, não uma relação fixa. E o surgimento de um novo meio não implica na morte do outro. (TELLES, 2019).

O YouTube[30] é uma dessas mídias sociais, que, conforme a internet ganhou popularidade e acessibilidade, conquistou também a capacidade de produção e de propagação

[30] De acordo com as estatísticas de abril de 2022, o Brasil está em quarto lugar no ranking de número de usuários do YouTube por país, contando com 138 milhões de usuários. Esses mesmos dados, informam que a Índia tem a maior população de usuários do YouTube, com 467 milhões de usuários ativos. Com 247 milhões de usuários,

de formas e perspectivas sobre a História. E, por essa capacidade de propagação dessas narrativas, a História volta sua relação com a Memória para um novo lugar, um novo espaço.

Assim, a História é também um produto dentro das mídias digitais, gerando com suas visualizações e alcances, monetização e capitalização do passado, que está cada vez mais presente nas mídias, redes sociais. O que, vem popularizando falas de não-historiadores, os ditos "formadores de opinião", "influenciadores" a produzirem narrativas sobre a História.

A internet expande o alcance da História, é fato. Mas também dá espaço para narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas emergirem e alcançarem diversos públicos, formando opiniões e disputas por essas perspectivas de passado tão diversas que se apresentam, levando a uma "banalização do passado" nestes espaços.

Sites de redes sociais, a exemplo do YouTube, oferecem um grande diferencial, já que são capazes de construir e facilitar a emergência de tipos de capital social que não são facilmente acessíveis aos atores sociais no espaço offline. A primeira mudança significativa que estes sites proporcionam diz respeito ao capital social relacional, ou seja, com as conexões construídas, mantidas e amplificadas.

Compartilhar é se comunicar. E com a ampla gama de produção de informação sobre o passado na internet, a audiência vislumbrada nos compartilhamentos, comentários e likes passa a representar a qualificação dos canais de comunicação, ou seja, não temos apenas a disputa sobre os discursos, mas também sobre a representação destes no presente.

As conexões nestes sites não são iguais às offlines, já que são mantidas pelo sistema e não pelas interações. (TELLES, 2019). Conforme Recuero (2019) relaciona quatro tipos de valores mais comumente relacionados com os sites de redes sociais: Visibilidade, Reputação, Popularidade e Autoridade.

As redes sociais permitem aos atores estarem mais conectados, isso significa que há uma visibilidade social maior para estes nós. Quanto mais conectado este estiver, maior a chance de que ele receba determinados tipos de informação que estão circulando na rede e de obter suporte social quando solicitar. A visibilidade é um valor por si só, decorrente da presença do ator na rede social. Mas ela também é a matéria-prima para outros valores que virão a seguir. (TELLES, 2019).

---

os EUA têm a segunda maior base de usuários da plataforma e a Indonésia está em terceiro lugar com 139 milhões de usuários.
Ver: https://www.globalmediainsight.com/blog/youtube-users-statistics/#demographics. Acesso em 20 jan. 2023.

A reputação é relacionada, de acordo com Recuero (2019), com as informações recebidas pelos atores sociais a respeito do comportamento dos demais e o uso dessas informações no sentido de decidir como se comportarão. A reputação é aqui compreendida como a percepção construída de alguém pelos demais atores e, portanto, implica três elementos: o "eu", o "outro" e a relação entre ambos. Esse conceito implica diretamente que existem informações sobre quem somos e o que pensamos, que auxiliam outros a construir, por sua vez, suas impressões sobre nós.

Partindo de Recuero (2019), a reputação seria uma consequência de todas as impressões dadas e emitidas deste indivíduo. A reputação, pode assim, ser influenciada por nossas ações, mas não unicamente por elas, pois depende também das construções dos outros sobre essas ações. Uma das grandes novidades com a Internet e a web é que a reputação é mais facilmente construída através de um maior controle sobre as impressões deixadas pelos atores. Ou seja, as redes sociais na internet são extremamente efetivas para a construção da reputação. Através da reputação é possível selecionar em quem confiar e com quem transacionar. A reputação é, assim, um julgamento do Outro, de suas qualidades. Uma marca pode se beneficiar muito da exposição nos canais certos.

> Eles colocam em ação um conjunto de argumentos que intentam produzir uma versão sobre esse episódio claramente pautada na amenização, na manipulação ou no desprezo pelas fontes que dizem o contrário de suas proposições. Argumentos que são colocados em movimento numa eficaz rede de distribuição que envolve vários sujeitos, produtos e linguagens, que se capilarizam em nossa sociedade pelas redes sociais. Essas se apresentam como o principal canal para difusão negacionista em nosso tempo, e, a partir de seus vários modos de atuação, têm colocado em xeque os modos de veridicção com os quais lidamos até aqui. (MENESES, 2021, p.82)

Mas, é importante ressaltar que a reputação nas redes sociais não é simplesmente o número de leitores de um blog ou o número de seguidores do Twitter. A reputação é relacionada com as impressões que os demais atores têm de outro ator, ou seja, do que as pessoas pensam de uma determinada blogueira, por exemplo. A reputação é uma percepção qualitativa, que é relacionada a outros valores agregados. (TELLES, 2019).

Quando falamos em redes sociais na web, não há um único tipo de reputação. Cada nó na rede pode construir tipos de reputação baseados no tipo de informação que divulga em seu perfil, canal, etc. Todos os nós, possuímos em menor ou maior grau, algum tipo de percepção na sua audiência. A reputação, assim, refere-se às qualidades percebidas nos atores pelos demais membros de sua rede social.

Ou seja, podemos gerenciar a própria reputação já que os atores podem construir impressões de forma intencional. E é aqui que a propaganda pode-se apropriar das redes sociais. Com essa intencionalidade, poderia trabalhar na construção de sua própria reputação, seja através das informações publicadas, a forma com que é apresentada, seja através da construção da visibilidade social. (TELLES, 2019).

A popularidade é um valor diretamente associado com a audiência, que também é facilidade nas redes sociais na web. Como a audiência é mais facilmente medida na rede, é possível visualizar as conexões e as referências a um indivíduo, a popularidade é mais facilmente percebida, e mesmo mensurada. Ao ponto de poder se seguir em tempo real as estatísticas de acesso, obtendo assim importantes dados. (SILVA, 2018).

Um nó mais centralizado na rede é mais popular porque há mais pessoas conectadas a ele e, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência mais forte que outros nós na mesma rede. A popularidade, como valor, refere-se, portanto, mais a uma posição estrutural do nó na rede do que a percepção que os demais nós temos. A popularidade, logo, pode ser inferida a partir de um estudo estrutural da rede social e tem um valor quantitativo. A popularidade também é mais facilmente percebida na web por causa da chamada permanência ou persistência das interações naquele meio (RECUERO, 2019).

Enquanto a visibilidade é um valor relacionado com a capacidade de se fazer visto de cada nó, e, portanto, têm se nós que são mais vistos e nós que são menos vistos, a popularidade é uma característica relacionada à posição estrutural. Apenas alguns nós possuem popularidade, mas todos os nós possuem visibilidade. (SILVA, 2018).

A popularidade pode inclusive ser mensurada ao utilizar-se de algumas ferramentas e estes rankings acabam influenciando a própria estrutura na rede social, pois aumenta a autoridade dos atores mais populares e cria a necessidade de se ter muitas relações e aumentar a visibilidade naqueles que buscam tal atributo. Alguns sites de redes sociais promovem os rankings, mas há diversas ferramentas de terceiros que mensuram a popularidade, compartilhamento de informações e praticamente quaisquer outros atributos que sejam valorizados naquela rede em particular. (SILVA, 2018).

Um quarto tipo de valor é a autoridade. A autoridade refere-se ao poder de influência de um nó na rede social. Não é a simples posição do nó na rede, ou mesmo, a avaliação de sua centralidade ou visibilidade. É uma medida da efetiva influência de um ator com relação à sua rede, juntamente com a percepção dos demais atores da reputação dele. (TELLES, 2019). Autoridade é uma medida de influência, da qual se depreende a reputação. A

autoridade é também um valor por si mesmo, na medida em que está relacionada a reputação, mas de forma diferente daquela do compartilhamento de conhecimento, da contribuição.

De acordo com Wasserman (2019), uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores, pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede e suas conexões, interações ou laços sociais. Para Recuero (2019), uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores.

Os vídeos no YouTube conquistaram grande relevância. Não apenas pelo seu formato então inovador, mas também por sua grande capacidade de democratização e disseminação da informação com seus canais de comunicação abordando os mais diversos temas. Com os vídeos qualquer pessoa pode falar abertamente com o público, mesmo sendo ele cada vez maior e sobre qualquer assunto, sem grandes orçamentos, ou até mesmo sem nenhum. Uma vez publicado o vídeo fica acessível e disponível a qualquer usuário que tenha acesso a internet, em qualquer momento, em qualquer lugar do mundo.

Porém, com a velocidade com que as mudanças e a evolução dessas mídias digitais ocorrem, o YouTube já divide sua audiência com outras mídias. Os podcasts e vídeos curtos já estão modificando esse nicho, permitindo que as informações sejam consumidas em maior velocidade, e, cada vez, como maior rapidez.

As redes sociais, são a representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais das pessoas entre si ou entre suas comunidades de interesses mútuos. É um compartilhamento de informações e opiniões entre pessoas que possuem um interesse em comum ou que se identificam entre si. (SILVA, 2018).

Segundo Recuero (2019), as redes sociais, enquanto circuladoras de informações verdadeiras ou falsas, são capazes gerar mobilizações e conversações que podem ser de interesse histórico jornalístico na medida em que essas discussões refletem anseios dos próprios grupos sociais. Sites de relacionamento ou redes sociais direcionados politicamente ou para disseminar Fakes News, são ambientes que focam reunir pessoas, os chamados membros, que uma vez inscritos, podem expor seu perfil com dados como fotos pessoais, textos, mensagens e vídeos, além de interagir com outros membros, criando listas de amigos e comunidades, com o intuito de alterar a realidade. (TELLES, 2019).

No entendimento de Recuero (2019), a primeira e mais óbvia contribuição das redes sociais direcionados politicamente ou para disseminar Fakes News, estabelecem a Internet como fonte das suas próprias notícias, essas destinadas a abalar o psicológico de muitos que

são contaminados pelas notícias falsas. Em seguida, a autora considera que através das redes sociais, que é possível encontrar especialistas, que podem auxiliar na construção de pautas, bem como informações não verídicas.

A Internet despontou como um novo e fascinante campo de trabalho para historiadores, jornalistas, educadores, entre outros. Após a fase de deslumbramento, quando proliferaram projetos mirabolantes destinados a comunicação de fatos não muitas vezes checados e validados pelos acontecimentos reais, sendo assim hora de colocar os pés no chão e perceber que a grande rede continua oferecendo vastas possibilidades para os profissionais da comunicação. Afinal, milhões de pessoas ao redor do mundo navegam à procura daquilo que o bom jornalismo é capaz de oferecer: informação. (FERARRI, 2018).

> As posturas de escapismo e negação passaram a ser compartilhadas nos ambientes digitais, ganhando nova roupagem, mas preservando elementos reacionários e bastante reativos em suas formulações. Essa configuração se coaduna com a distribuição da informação que agora se situa também no espaço reticular e fragmentado da horizontalidade das redes. Castells (2018) afirma que isso produziu uma espécie de "esquizofrenia estrutural", que colocaria o sujeito entre a Rede e o Ser. (MENESES, 2021, p.80-81)

No século XXI, a internet e as suas mídias sociais, se tornam espaço de comunicação e de produção, difusão e recepção das memórias e relatos dos sujeitos, que trazem falas suas ou de outrem sobre o passado e que promovem as disputas de narrativas históricas no tempo presente por meio de outras dimensões do passado, trazidas sob novas óticas e, muitas vezes, causando um fomento de ataque à historiografia e aos historiadores.

Segundo Pinho (2018), a World Wide Web permite que o jornalismo sintetize as outras mídias em uma só plataforma. "As vantagens visuais da TV, a mobilidade do rádio, a capacidade de detalhamento e análise do jornal e da revista, e a interatividade da multimídia, tornam promissor o jornalismo histórico na Web" (p. 113).

Destarte, o que vemos atualmente na internet, em especial no YouTube, é uma grande disputa pelo discurso histórico. Isso demonstra que estamos vivendo um momento crítico para a História e sua publicização, sendo necessário o debate sobre qual o papel do historiador frente a estes novos discursos. Seria um espaço dominado pela direita? É uma possibilidade para entendermos o alcance de falas ideias autoritárias e conservadoras no Brasil.

No jornalismo online, o espaço é ilimitado uma vez que não ocupa um espaço físico como os jornais impressos, mas sim um espaço virtual onde não precisa ser controlado o número de notícias em casa página. Em sua pesquisa Dantas (2018) afirma que no Brasil

79% dos internautas já fazem parte das redes sociais[31]. Estudo do Google[32] revelou que quase metade dos jovens entre 18 a 24 anos prefere fazer pesquisas em redes sociais em vez de usar ferramentas de buscas convencionais. Isso mostra que a busca por conhecimento ainda está em alta, mas, será que ela está ocorrendo no lugar certo?

Esses números apresentam a realidade do cenário atual e tendo em vista a existência de um mercado interessado pelo consumo de informações, as redes sociais passam por constantes transformações com o propósito de satisfazer as necessidades que o presente venha condicionar. (PRADO, 2011).

É possível concluir que o brasileiro encontrou, enfim, na internet uma comunicação em rede e personalizada, com conteúdo que dialogam com a sua realidade – seja ela de extrema-direita ou anarquista. A história tradicional ainda não acompanha esse dinamismo, o que, infelizmente, contribuí para a naturalização do acesso e popularização dessas formas de falsificação do passado, a exemplo dos vídeos do YouTube e "em vez de ver a *web* como um novo meio, com características próprias, as empresas tradicionais a encaram como uma nova ferramenta para distribuir conteúdo, originalmente produzidos em outros formatos" (ALVES, 2016, p. 94, grifos do autor).

Consequentemente, a internet é usada enquanto espaço de produção, divulgação e propagação de conteúdos de cunho revisionista ideologicamente e de negacionismo histórico. E esses espaços virtuais formam grupos, comunidades e redes que, capilarizadas no compartilhamento de vídeos, textos, imagens e notícias entre seus pares, seus grupos de amigos, envolvendo sentimentos afetivos e pessoais que são fontes de confiança inquestionável, o que fortalece e referenda as narrativas falsificadas enquanto supostas verdades.

[31] Segundo dados do relatório anual produzido pelo *Reuters Institute* em 2017, no Brasil, 60% de pessoas afirmavam ter confiança nas informações das mídias tradicionais. Em 2019, esse percentual despenca para apenas 48% de pessoas que afirmavam acreditar em notícias que circulavam nas mídias tradicionais. Tais dados representam o processo de mudança, tanto em relação à distribuição e à produção da informação quanto no posicionamento da verdade relacionado a ela.

Ver: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/brasil-e-terreno-fertil-para-fake-news/. Acesso em: 08 jan. 2023.

[32]Ver: https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2022/07/quase-metade-da-geracao-z-faz-pesquisas-no-tiktok-e-instagram-ao-inves-do-google.html. Acesso em: 08 jan. 2023.

## CAPÍTULO 3: "SUA ESCOLA MENTIU SOBRE A DITADURA NO BRASIL?": QUEM CONTA A VERDADE QUANDO A ESCOLA MENTE?

A busca pela legitimação de suas narrativas acompanha a formação da produção historiográfica e da própria História enquanto ciência. A validação do método histórico, enquanto método científico, é discutida pela epistemologia – filosofia da ciência, metodologia das ciências sociais – e pela filosofia da história, e pela teoria da história.

Os objetivos da análise de historiadoras e historiadores acerca do conjunto das temporalidades, memórias e seus fenômenos sociais-culturais; têm em vista compreender, por meio de variadas correntes epistemológicas, teorias e métodos de interpretação dos acontecimentos históricos, realidades possíveis do passado – em variadas perspectivas.

> Tudo isso acabou há muito tempo. O papel privilegiado da história política foi alvo de uma das grandes 'revoluções' da historiografia do século XX, liderada por Braudel, Febvre, Bloch e os historiadores reunidos em torno dos *Annale*s, que à *histoire-bataille* e à *histoire événementielle* - como chamavam ironicamente a historiografia política tradicional - contrastavam o estudo das estruturas profundas da sociedade, relegando aos eventos o papel de acontecimentos superficiais e não determinantes. No entanto, não apenas a 'primazia' da história política terminou: qualquer reivindicação de hierarquização interna do conhecimento histórico foi preterida. Não existem rotas de acesso privilegiadas para entender o passado. A essa altura, o espectro temático da historiografia se expandiu a ponto de coincidir com a realidade humana em todas as suas manifestações. Não existem áreas da existência para as quais a historiografia não volte sua atenção. Qualquer perfil da vida individual e coletiva pode ser tomado como objeto de reconstrução histórica: tanto a batalha e a grande política quanto o cotidiano, o grande Estado e também uma pequena e isolada comunidade, tanto ritos religiosos quanto os conhecimentos científicos, a alta cultura ou a cultura das classes populares, a cultura material – a alimentação, a convivência - como a produção literária, sem falar na crescente importância reconhecida às identidades de gênero, à corporeidade, à sexualidade.
> [...]
> Surge, contudo, uma complicação: o problema da verdade do reconhecimento historiográfico assume diferentes perfis dependendo da área de experiência que se pretende reconstruir. Vou me limitar a uma distinção grosseira e aproximada, mas clara o suficiente para ilustrar o ponto em questão: a distinção entre ações e discursos, entre práticas e saberes. Queremos entender 'como as coisas aconteceram': na prática, entretanto, o significado dessa questão muda dependendo se o objeto que queremos reconstruir sejam eventos, fatos, ações ou símbolos, imagens, discursos, teorias. Vamos supor que nossa tentativa de conhecer algo do passado não diga respeito ao que os homens 'fizeram', em um dado contexto, mas ao que eles 'pensaram'. O que significa 'dizer a verdade' quando não são fatos e eventos, nem estruturas sociais e dinâmicas econômicas, mas 'teorias' que são assumidas como o objeto do reconhecimento historiográfico? (COSTA, 2020, p. 262, grifos do autor)

Contudo, com o advento e popularização das redes sociais, acompanhou-se uma produção industrial em larga escola de conteúdo com viés histórico apoiado na base revisionista ideológica e/ou negacionista. O que, juntamente, com a já a antiga problemática

da verdade vem assumindo uma nova roupagem na sociedade, tendo em vista a disseminação de narrativas de negação e falseamento histórico que assistimos nas redes sociais.

Emerge a discussão sobre como a própria ideia do que é verdade passa a ser constantemente desacreditada por discursos negacionistas que contestam as narrativas de cientistas, jornalistas, historiadoras, historiadores e demais sujeitos de autoridade a quem a produção de narrativas traziam em si uma credibilidade e respaldo de serem construções intelectuais pautadas na veridicidade dos acontecimentos.

A popularidade das falas negacionistas que debatemos é um movimento amplo, onde a própria ideia de verdade se tornou um produto/mercadoria que é vendido[33], seja como informação, seja monetizando vídeos de canais de temática revisionista ideológica/negacionista histórica no YouTube e que tem, em seu efeito de câmara de eco, uma de suas prerrogativas para medição de confiabilidade – baseando-se no alcance de visualização/*likes*/compartilhamentos.

Nesta perspectiva, este capítulo analisa como a propagação de narrativas de negação da Ditadura Militar ganham notória popularidade a partir do "impeachment" sofrido por Dilma Rousseff. Assim, dentro da ótica presentista, poder falar do passado, devido uma questão específica do presente, fazendo uma ilação a partir do contexto de polarização política iniciado com a instauração da Comissão Nacional da Verdade – CNV e erupção da história do Golpe de 1964 e da Ditadura Civil-Militar, se tornando mais central e até mesmo condicionante, para o que aqui se considera um Golpe Parlamentar ocorrido em 2016, e como este evento foi capaz de trazer a utilização, em especial, do YouTube pode produzir certo tipo de perseguição ao conhecimento histórico científico.

É mister, sobretudo, evidenciar que a História enquanto saber científico, sofre ataques de maneira direta e frequente, mas seus produtores – historiadores e historiadoras, sejam professores da educação básica ou pesquisadores do meio acadêmico –, são constantemente atacados, tendo suas pesquisas deslegitimadas em falas sem comprovação científica ou

[33] Excelente análise desta discussão pode ser vista no documentário "*O Mercado de Notícias*", de Jorge Furtado que é baseado na peça homônima do inglês Ben Jonson (1572- 1637), "*The staple of news*", que, por sua vez, é uma crítica bem-humorada do jornalismo, uma atividade nova e de grande poder na Londres de 1626. De acordo com a sinopse, o filme traz os depoimentos de treze importantes jornalistas brasileiros sobre o sentido e a prática de sua profissão, as mudanças na maneira de consumir notícias, o futuro do jornalismo, e também sobre casos recentes da política brasileira, onde a cobertura da imprensa teve papel de grande destaque. Realizando uma análise crítica e histórica das funções sociais do jornalismo e de como a atividade se constituiu, desde o início, em um mercado gerido com as mesmas regras de qualquer outra lógica comercial e, consequentemente, as notícias se tornaram um produto como outro qualquer. Essa realidade se tornou ainda mais visível nos últimos anos visto que a produção de falas de informação se caminha para uma tendência cada vez maior de priorizar a publicidade e de se caracterizar como veículos de divulgação ou de oposição partidária. Em outras palavras, as linhas editoriais são determinadas por ideologias e pelo comercial.

método, por indivíduos, redes, sistemas revisionistas/negacionistas que se colocam como os cavaleiros do apocalipse a vir "revelar" a "verdade" sobre 1964 e suas consequências, contra os "esquerdistas", "petistas" e "comunistas" que, nessa ótica distorcida, estão como "doutrinadores" nas faculdades e salas de aula de História no Brasil.

## 3.1 REGIME MILITAR, IMPEACHMENT: EUFEMISMOS DE GOLPE

Expressões, palavras e termos denotam escolhas político-ideológicas, que muitas vezes, elencam acontecimentos pertencentes a uma memória coletiva, que pode ter diferentes sentidos segundo as posições ideológicas e políticas daqueles que as usam – seja para promover um apagamento ou, trazer à tona, narrativas do esquecimento para o discurso público corrente nos debates contemporâneos.

A escolha das palavras, vai além da nomeação, os termos escolhidos pelos indivíduos mostram um posicionamento perante os processos históricos que marca a perspectiva historiográfica tomada, os entendimentos coletivos em face das diferentes possibilidades de citar, nomear, designar – seja no passado ou no presente – objetos do conhecimento histórico. Assim, é preciso entender que o

> [...] uso de cada termo, por si só, estabelece e expõe determinadas relações com a exterioridade, revelando, com isso, a dimensão sócio histórica e ideológica do discurso. Este olhar sobre os termos nos permite considerar as suas significações em relação "com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome". E, assim, observar, em nosso corpus, que o papel da designação "não se reduz ao papel de indicar a existência ou de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte". (SOUZA, 2018, p. 262 *apud* GUIMARÃES, 2003, p. 54, grifos do autor).

As denominações "regime militar" e "impeachment", apontam para processos históricos em tese, distintos: o termo "regime militar" se refere a um conjunto de eventos que culminaram com a tomada de poder pelos militares ocorridos em 31 de março de 1964. Desfazendo a ordem democrática e constitucional vigente, os militares encerraram ilegitimamente o governo democraticamente eleito do Presidente da República, João Goulart. Instaurava se, com isso, uma ordem política golpista que perdurou até 1985.

Já o termo "impeachment", inicialmente, traz a memória o episódio onde parte da população brasileira foi para as ruas protestar, pedir o afastamento definitivo de um

presidente corrupto, Fernando Collor de Mello, exigindo um novo presidente. Importante citar que não houve o impedimento legal descrito na Constituição, pois Collor renunciou antes do encerramento do processo de impeachment. No entanto, mesmo assim, tal episódio ficou marcado na memória coletiva brasileira como impeachment.

Os termos regime militar/impeachment sintetizam a rede de relações envolvidas no processo de significado político atribuído pelas pessoas e grupos que, ao escolherem utilizá-los, reafirmam seu posicionamento. Exemplo disto, pode ser usado, inclusive, ao rememorar a própria aplicação de diferentes nomeações ao se tratar do Golpe Civil-Militar de 1964: aqueles a favor do governo ditatorial utilizavam o termo "revolução" para designar a tomada de poder pelos militares. Já quem se posicionou contra, nomeou como "golpe" o mesmo acontecimento histórico, mostrando que há uma relação de oposição, de posicionamento antagônico entre os termos "revolução" e "golpe". (SOUZA, 2018).

Essas escolhas reverberam em ações institucionais e políticas, fomentando a miscelânea entre termos, negacionismos e posições ideológicas. Toma-se como exemplo o fato do governo de Jair Bolsonaro enviar telegrama à ONU – Organização das Nações Unidas, afirmando que "*não houve golpe de Estado*" em 31 de março de 1964 e que os 21 anos de governos militares foram necessários "*para afastar a crescente ameaça de uma tomada comunista do Brasil e garantir a preservação das instituições nacionais, no contexto da Guerra Fria*[34]".

Essa perspectiva se assemelha ao analisamos os acontecimentos que levaram a destituição de Dilma Rousseff enquanto presidenta da República em 31 de agosto de 2016. Denúncias de corrupção e protestos ao redor do país: dois itens amplamente conhecidos desde o impeachment de 1992 e que são presentes no suposto impeachment de 2016. Diante da conjuntura política que passa a associar a Rousseff à corrupção[35], somando-se a utilização da carga política e institucional do termo impeachment (SOUZA, 2018) – constantemente utilizado nos protestos – a deposição de Dilma Rousseff, via este instrumento jurídico, surge

[34] Ver: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/04/brasil-diz-a-onu-que-nao-houve-golpe-em-64-e-que-governos-militares-afastaram-ameaca-comunista-e-terrorista.ghtml. Acesso em: 09 jan. 2023.

[35] Essa memória associa a corrupção investigada no processo de Collor à situação de Dilma (e de todo o cenário político brasileiro) em razão de uma operação federal de combate à corrupção, capitaneada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Derivada de operações menores que iniciaram em 2008, em 2014 foi deflagrada a Operação Lava Jato para investigar a corrupção no alto escalão da política brasileira. No decorrer das investigações, vários políticos foram indiciados e processados. Dentre esses, há muitos nomes do partido de Dilma. Desde então, o Partido dos Trabalhadores – PT ficou noticiado como o mais corrupto partido político do país.

para parcela da população, grupos políticos, movimentos sociais de direita, mídia, etc. como a única saída para a situação vivida naquele momento no país.

De encontro ao entendimento do impeachment, outra parcela da população com perspectivas ideológicas de esquerda como: organizações de estudantes, associações estudantis e de docentes, entre outros, trazem o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff com a nomenclatura de golpe. A escolha deste termo mobiliza a memória coletiva em torno da Ditadura Militar vivida no Brasil (SOUZA, 2018) e evoca a demarcação do posicionamento de contestação, não-aceitação e invalidação da retirada de Dilma do cargo, pois, da mesma forma que a tomada de poder pelo Exército rompeu com a ordem democrática, a retirada do poder político de Rousseff em prol de seu vice Michel Temer subverte a democracia nesta concepção.

Assim, o mesmo acontecimento, recebe, a partir do posicionamento político-ideológico de quem nomeia diferentes denominações e significações.

> Entendemos que o uso dos termos *golpe* e *impeachment* não se limita a um simples gesto de nomeação, pois, dadas as relações que procuram representar e expor, designam todo o processo que aqui analisamos. Assim, se, no início, o termo *impeachment* era utilizado como nome do pedido de afastamento definitivo (ou seja, o nome dado a um processo político e jurídico), com o tempo, tornou se uma designação para a situação vivida no cenário político nacional. Do mesmo modo, a palavra golpe deixou de ser simplesmente um outro nome ao pedido de *impeachment* e passou a designar todo o contexto no qual foi produzida. (SOUZA, 2018, p.261, grifos do autor)

Para o ex-presidente Michel Temer, que assumiu após a saída de Dilma Rousseff, que não houve golpe em 2016, e sim o "cumprimento da Constituição Federal":

> Não participei de golpe nenhum. Quando começou a chamada procedência de acusação na Câmara dos Deputados, eu vim para São Paulo e fiquei no meu escritório por várias semanas por uma razão que, eu reconheço, existe: que o vice é sempre o primeiro suspeito. Só voltei na última semana, quando todos me procuraram e avisavam que eu precisava estar em Brasília, porque a Câmara ia votar procedente a acusação para depois remeter ao Senado. **Não participei de golpe coisa nenhuma e nem acho que teve golpe.** O que teve foi cumprimento da Constituição Federal[36]. (grifos nossos).

Destarte, mesmo findado os processos, as terminologias Golpe/Impeachment continuam a representar não apenas uma escolha conceitual – seja a referindo-se aos acontecimentos históricos de 1964 ou de 2016 – mas também, a consolidação através dos

[36] Ver: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/07/22/interna_politica,1381913/michel-temer-nega-golpe-em-2016-e-diz-que-dilma-e-honestissima.shtml. Acesso em 10 de jan. 2023.

discursos, de valores democráticos na sociedade brasileira, visto que os significados da ditadura e suas consequências para a democracia em nossa "cultura de golpes de Estado"[37] (SOUZA, 2022) , falhou, ao pensarmos a experiência histórica do pós-ditadura Civil-Militar no Brasil: a execução de justiça de transição foi tardia, somando-se ausência de política públicas de memórias sobre os períodos ditatoriais de nossa História e a constante reação de stores conservadores da sociedade ao se abordar o "Regime Militar" enquanto o que efetivamente foi, uma Ditadura.

> Devido ao formato adotado para a transição política, o país "saiu" da ditadura sem ter acertado as devidas contas com o passado autoritário, e tampouco com os responsáveis pela violência e pelos crimes praticados contra os direitos humanos. Na ocasião, movimentos pela intenção de evitar conflitos ou escamotear o próprio envolvimento com a ditadura, os líderes da transição prefeririam deixar a conta pendente para o futuro, como se acreditassem na máxima de que o tempo cura tudo. (MOTTA, 2021, p.10, grifos do autor).

A sombra do Golpe Civil-Militar e da subsequente Ditadura Militar tem ocupado lugar significativo no cenário político brasileiro desde a redemocratização: seja o seu falseamento enquanto "revolução" ou sua reafirmação como Golpe contra a democracia e perseguição política, militar e institucional de seus contestadores – sobretudo com a instauração da Comissão Nacional da Verdade e a subsequente eleição (e reeleição) de Dilma Rousseff.

> Para setores da direita, especialmente a ala mais radical e autoritária, 1964 é um episódio a ser valorizado e comemorado, pois marcou a derrota da esquerda e o início de um regime político orientado para a "ordem e progresso" ou para o "desenvolvimento com segurança". Para a esquerda, e para alguns segmentos da direita liberal, 1964 representa o início de um era de ditadura, de violência e de desrespeito grave aos direitos humanos, cujo legado deve ser enfrentado e superado para a construção de uma verdadeira democracia. (MOTTA, 2021, p.10-11, grifos do autor).

A perspectiva adotada nesta pesquisa corrobora com os estudos historiográficos sérios que insistem: 1964 foi Golpe (MOTTA, 2021) e a destituição do cargo da Presidenta recém-reeleita foi desfecho do processo golpista que ocorre em 2016 (SOUZA, 2022). E a romantização/suavização/negação travestida em nomenclaturas de "regime militar,

[37] A evolução política no Brasil foi pautada por golpes desde a Independência perpassando pela República e, até recentemente. Contabiliza-se dez golpes de Estados: 1. A Noite da Agonia (1823) · 2. Golpe da Maioridade (1840) · 3. Proclamação da República (1889) · 4. Estado de Sítio (1891) · 5. Primeira Revolta da Armada (1891) · 6. Revolução de 1930 · 7. Estado Novo (1937) · 8. Deposição de Getúlio Vargas (1945) · 9. Golpe de 1964 · 10. Golpe Parlamentar (2016).

impeachment" não passam de eufemismos para o golpe – seja ele o Militar, seja ele o Parlamentar[38].

## 3.2 NEGACIONISMOS E FALSIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA BERLINDA: UMA ANÁLISE DO YOUTUBE A PARTIR DO CANAL "VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?"

O título é direto, forte, em caixa alta: "Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL" e em aproximadamente 08 minutos a verdade pode ser dita. Um público de mais de 161 mil visualizações, com 26 mil sinalizações de "gostei" e mais de 2.000 comentários em maioria de apoio ao golpe, desprezo para com os professores de História e exaltação ao autor e produtor do vídeo no canal "Vamos falar de História?" – com mais de 720.00 inscritos no YouTube[39]. É assim que, sem dar início a reprodução do conteúdo do vídeo, datado de 16 de outubro de 2018, já se pode ter um panorama de que se trata de território hostil aos historiadores e historiadoras, em especial, aos que estão exercendo o ensino em sala de aula.

Não se passam nem 30 segundos do vídeo e o *youtuber* pede atenção ao espectador, informando ser aquele um vídeo de extrema importância, que deve ser visto até o minuto final e compartilhado com amigos, familiares e conhecidos por ser "extremamente esclarecedor". A oratória e a retórica afiadas, somado a um cenário com livros, quadros de personagens e de fatos facilmente reconhecidos na história, juntamente com o título do vídeo, são atrativos que convidam a dar atenção, ver e ouvir o que será contado por aquele representante do "outro lado da história".

A pretendida problematização sobre o regime militar (como Golpe de 1964 é referenciado pelo autor) é iniciada através da discussão sobre fatos que determina como pontapé para a popularização do tema: o "impeachment" sofrido por Dilma Rousseff e a afirmação de um favoritismo para a eleição do "militar e capitão da reserva do exército

[38] Wanderley Guilherme dos Santos (2017) defende que o golpe parlamentar de 2016 não é algo estranho ao universo democrático, mas elemento intrínseco a ele. Esta forma de golpe é essencialmente distinta das tradicionais formas de golpe de Estado porque só existe em democracias representativas através de ruptura do governo eleito pelo voto popular, mas sem alterações das regras legais. Aliás, elas são utilizadas para legitimar a tomada do Estado: "Golpes parlamentares são fenômenos genuinamente inéditos na história das democracias representativas, incluindo nesse conjunto as democracias consideradas clássicas, modernas, de massa, em processo de consolidação ou transição" (SANTOS, 2017, p.13).

[39] Informações obtidas em 08 de janeiro de 2023.

brasileiro", Jair Messias Bolsonaro – já acompanhado da declaração de voto do *youtuber* – no pleito para o cargo de presidente da república em 2018.

Tortura, perseguição e censura são apresentadas como "um lado da história", enquanto que "o contexto histórico é bem mais amplo" e divergente dessas memórias negativas associadas ao período. Felipe Dideus orienta que se para ter "um bom senso crítico" se deve buscar estudar "os dois lados da história", contudo, conforme o título de seu vídeo, a escola mentiu. Ainda assim, vale aqui ser feita uma reflexão: se o lado que falta com a verdade é aquele institucionalizado pela docência, e ensino através da escolarização com seu currículo formal, qual o propósito de dar cabimento e continuidade a isso? Quando uma versão fato não é a verdadeira, o raciocínio lógico é buscar se posicionar junto a "verdade", e, pelo que se diz no vídeo, a verdade não se encontra na escola.

Poucos segundos para citar que o regime ditatorial errou, contra uma explanação mais enfática sobre os "mais de 18 grupos de guerrilheiros comunistas" que pretendiam implementar uma outra ditadura – a do proletariado. Não há qualquer conceitualização sobre o que é ou pretende ser para o autor tal sistema. A fala segue para outro viés, o econômico, apresentando um desenvolvimento exponencial do Brasil durante os anos de governo militar, saindo de uma posição de 46ª para 8ª maior potência mundial. Não se explicando como ou a custo de que. E o autor finaliza esse primeiro momento do vídeo questionando ao ouvinte: "esses fatos, o seu professor de história lhe contou?".

Nesse segundo momento, o vídeo segue narrado por Felipe Dideus com imagens da década de 1960 e explanação sobre a política de alinhamento dos países no contexto da Guerra Fria. É exaltado o crescimento dos Estados Unidos da América graças a seu sistema econômico capitalista, e, em contraposição, têm-se o regime comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas "onde milhões morreram e a oposição era perseguida e morta", do mesmo modo, o regime comunista de Mao Tsé-Tung "onde milhões de chineses morreram literalmente de fome" enquanto modelos a não serem seguidos no continente americano, exceto por Cuba que "não teve sorte". Não há, até esse momento de reprodução do referido vídeo, nenhuma indicação de qualquer fonte histórica para as informações apresentadas.

Continuando na apresentação de formato próximo a uma fala direciona-se para o Brasil durante o governo de João Goulart, um "adepto das ideias comunistas", que "recebia doações via caixa dois" ainda, de forma fática, diz o narrador sobre Goulart: "queria ser o ponto de partida para instauração de um regime comunista". Não há ponderação, nem

apresentação de quaisquer argumento ou análise, temos apenas a afirmação cabal, finda em si mesma.

Ao voltar a apresentação com o criador do vídeo em seu cenário e frente a câmera, este afirma ter sido uma coalização entre "o povo brasileiro, juntamente com boa parte da mídia nacional – incluindo a própria Globo", que apoiaram a intervenção militar como "a única solução para os problemas econômicos, políticos e sociais" da nação. Os "mais de 18 grupos de guerrilheiros comunistas" citados ao início do vídeo, deixam de ter importância quando se fala do golpe de Estado em si, ocorrido em 31 de março de 1964, pois para Felipe Dideus "o exército brasileiro não teve praticamente, resistência na tomada de poder", no que ele define como marco de um regime militar, e não, uma ditadura ou golpe.

É retomada a apresentação em fotos, com o perfil dos militares que exerceram o comando do país durante o período da Ditadura, e todo um enaltecimento dos ganhos em crescimento econômico do país durante os mais de 20 anos deste governo. Nesse momento, o narrador/criador do vídeo, passa a elencar benefícios concedidos aos trabalhadores pelos militares, citando como um dos exemplos a criação do décimo terceiro salário. Entretanto, gratificação de Natal ao trabalhador foi instituída pela Lei 4.090, de 13/07/1962, pelo então presidente João Goulart.

As benesses citadas por "Dideus" não são acompanhadas de nenhuma fala que demonstrasse como eram executadas as ações, ou de críticas aos projetos, como por exemplo, no caso do Banco Nacional da Habitação (BNH) citado como um promotor da construção de casas populares, mas nenhum comentário ao fato de que essa política habitacional "previa a remoção de pobres para a periferia[40]". O vídeo cita a criação de "diversas universidades" pelos 21 anos de governo militar, quando a criação destas chega a um número não tão diverso, apenas quinze[41].

Esses são apenas exemplos de problematizações e questionamentos possíveis em alguns dos muitos feitos elogiados pelo *youtuber* que, de forma bastante simplista, passa informações visando corroborar com o discurso controverso que nega o golpe enquanto uma administração violenta, autoritarista e ilegal.

Chegando na parte final do vídeo, tendo novamente em tela a apresentação no cenário juntamente com seu idealizador, é apresentada por este uma conclusão que define toda a

---

[40] Ver: https://www.sul21.com.br/noticias/2011/11/minha-casa-minha-vida-e-pior-que-bnh-dos-militares/. Acesso em: 07 jan. 2023.

[41] Ver: https://www.douradosnews.com.br/noticias/brasil/linha-do-tempo-das-universidades-publicas-brasileiras-f13d0874d15d95a3/379957/. Acesso em: 07 jan. 2023.

disputa travada pela memória da Ditadura Militar em nossa atualidade: "...os vinte anos [sic.] de regime militar não foram marcados apenas por pontos negativos, como muitos professores de história narram dentro das salas de aula", temos a oposição entre o discurso diluído, falseado e sem nenhuma referência científica do *youtuber* e o ambiente formal da sala de aula, em específico, da aula de História e seus professores enquanto ocultadores e ilegítimos narradores de como foram os vinte e um anos sob a égide dos militares.

Ao final de sua explanação Felipe Dideus nega aos guerrilheiros (apresentando todos enquanto comunistas) da resistência qualquer vinculação com busca por democracia no Brasil, afirmando enfaticamente que estes pretendiam a implementação de um outro governo antidemocrático "inspirado no regime de Che Guevara e Fidel Castro lá em Cuba" de perseguição e violência contra seus opositores. Os grupos de oposição à ditadura surgem na narrativa como desordeiros, assaltantes, terroristas e a ex-presidenta Dilma Rousseff é citada como integrante destes enquanto partícipe de crimes e aspirante da realização da "ditadura do proletariado" em substituição a "ditadura burguesa", utilizando-se de um trecho de fala do ex-candidato à presidência Eduardo Jorge como comprovação para suas afirmações.

Sem pausa ou outro informe, percebe-se que a suposta aula em vídeo foi finalizada ao se iniciar a divulgação da venda de produtos como camisetas e canecas, voltados para "inteiramente para a história" que ajudariam a manter os custos de produção de vídeos para que o canal possa "continuar trazendo conteúdo de qualidade para o YouTube". O vídeo se encerra e não surgem informações acerca de possíveis leituras de referência ou fontes para a feitura desse "extremamente esclarecedor" conteúdo sobre a história do Brasil.

O revisionismo ideologicamente motivado como o do vídeo em análise aqui apresentado, se mostra inventivo para promover falsificações sobre o passado. Sua modernização ocorre através da produção de podcasts, vídeos e até mesmos livros publicados que provocam o ambiente de ensino- aprendizagem em História em novas demandas, tais como: buscar espaço nas plataformas online; utilizar o YouTube e outros serviços de streaming para ser combativo frente essas publicações, de forma geral, se aproximar da tecnologia, pois as/os estudantes em nossa contemporaneidade vivenciam a utilização destes recursos incessantemente.

Em reflexões acerca da prática do ensino em História na contemporaneidade, Orço, Gandolfi e Tuzzi (2014), indicam:

> É necessário despertar nos educandos o prazer e a curiosidade para que eles compreendam a importância de estudar História. Portanto, é preciso encarar a

> história nos mais diferentes espaços, como um diálogo entre o passado e o presente, desprendendo-se dos livros didáticos. Os professores precisam criar as condições iniciais para a formação e/ou transmissão do conhecimento histórico. Lembrando que, com a ascensão do uso da tecnologia e dos meios de comunicação, torna-se obsoleto utilizar somente um único recurso, já que a realidade do educando, muitas vezes, é outra. Os educandos não são integrantes de um grupo homogêneo, mas pertencem a diferentes grupos sociais, diferentes etnias e culturas; suas ações não são previsíveis, nem suas atitudes podem ser analisadas sob o mesmo ângulo. (ORÇO, GANDOLFI E TUZZI, 2014, p. 94-95)

A partir da análise do vídeo, percebe-se como o ensino de História online tem sido atingido e prejudicado pelas abordagens negacionistas. Indivíduos sem formação acadêmica, mas com destreza para a produção de conteúdo nesses novos meios pedagógicos, ganham notoriedade e são validados pela quantificação em visualizações, compartilhamentos e likes. A análise científica não é levantada e tampouco elencada, não há necessidade de um discurso elaborado, da utilização de uma metodologia de pesquisa, visto que o breve vídeo quer construir o discurso em oposição ao dito na escola.

Diante disso, vimos através do caso aqui explorado como a internet passou de uma ferramenta de pesquisa secundária, para parte integrante do processo educacional de ensino-aprendizagem e como se faz necessário que os professores e professoras, profissionais da educação e do ensino de História adentrem esses espaços, usando o meio virtual para promover a aquisição de conhecimento crítico, científico e que produza uma conscientização histórica nas plataformas online que são parte da cultura do cotidiano desses novos sujeitos.

O ensino não necessita do espaço institucionalizado da escola para acontecer. A escola, a História e internet precisam estar cada vez mais próximos para que a disputa pela memória que é travada por negacionistas, revisionistas e supostos docentes tenha uma contrapartida pedagógica que leve em consideração a ciência História, sua historiografia e seus profissionais.

Desse modo, as competências para se desenvolver um entendimento no recorte aqui delimitado de uma compreensão e autonomia crítica dos indivíduos acerca de como sustentou-se historicamente a Ditadura Militar no Brasil, e como este regime efetivamente atuou e ainda atua com seus agentes históricos em nossos dias, em experiências de negação e conhecimento que o golpe ainda provoca em nossa sociedade, extrapolando os muros da escola e se fazendo conhecer em versões construídas de si que negam o que as memórias e comprovações da ciência contam.

## 3.3 O PAPEL DA ESCOLA, A FUNÇÃO DOS PROFESSORES E O ENSINO DE HISTÓRIA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SOB ATAQUE

De acordo com o dicionário Oxford, educação pode ser definida como: "1. ato ou processo de educar(-se); 2. aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino". Essa definição, que não é a única possível, deixa oculto quem aplica os métodos e como se dá esse processo.

Nesse processo, o outro lado da moeda é a figura do professor/professora. Em um país com dimensões continentais e grandes diferenças sociais, somente os mestres têm a capacidade de compreender as dificuldades e as principais reformas relacionadas com o ensino. Buscando sempre o autoaperfeiçoamento e a capacitação profissional, para estar à altura das cobranças que hão de surgir, as professoras e os professores devem então conhecer as técnicas de didática, utilizando vários processos de ensino para que o aluna/aluno não seja apenas espectador, e, sim, que busque o conhecimento, o chamado "aprender a aprender", imprescindível para a construção de um conhecimento sólido.

Parafraseando Paulo Freire (1999; 2002; 2017), educar é influenciar um aluno/aluna de tal maneira que ele não se deixe influenciar; para isso deve-se quebrar o velho paradigma educacional segundo o qual o aluno/aluna se torna um espectador passivo no processo ensino-aprendizagem.

Ao passo que todos os indivíduos na sociedade brasileira devem passar pela instituição escolar, e pela própria natureza coletiva e múltipla deste espaço, convive-se com diferentes ideologias, religiosidades, posicionamentos políticos e tantas outras nuances que mostram nesses microcosmos um reflexo da sociedade civil através de seus jovens em processo de educação formal.

Ainda assim, temos discursos que ganham popularidade e notoriedade nos debates sobre a educação que conclamam a sociedade, políticos e membros da comunidade escolar a buscarem o apagamento da criticidade do educar em prol da superficialidade de se "passar o conteúdo como está no livro". O principal e mais conhecido é o Movimento Escola Sem Partido – MESP, entidade que se apresenta enquanto "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.[42]"

[42] Disponível em: http://www.escolasempartido.org/quem-somos/. Acesso em 18 jan. 2023.

O posicionamento político aberto de professores e professoras não deve ser visto como uma ameaça ou "doutrinação" a ser aplicada nas salas de aula. A percepção crítica dos estudantes deve ser levada em consideração; as alunas e alunos são sujeitos ativos no processo, questionam e são capazes de se posicionar de forma autônoma e, até mesmo, divergindo de seus mestres – qualquer professor é capaz de atestar isto.

Outro ataque aos profissionais da educação e a instituição escolar que vem sendo perpetrada em doses cada vez maiores no debate público sobre a educação no Brasil é o ensino domiciliar, também conhecido como *homeschooling*. Essa "guerra cultural" sobre a pedagogia feita por leigos *versus* o ensino como direito constitucional promovido em ambiente democrático, plural e institucionalizado pelo Estado ganha adeptos e segue em tramitação por meio do Projeto de Lei 3179/12.

A pesquisa de alcance nacional "Educação, Valores e Direitos" organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC juntamente com organização Ação Educativa, realizada pelo Datafolha e pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp em março de 2022 apresentou que dos(as) 2.090 entrevistados(as) de 130 municípios, 78,5% discordaram da ideia de que pais devem ter o direito de tirar as crianças da escola e realizar a sua educação básica em casa, como também, 9 em cada 10 pessoas concordam que as crianças devem ter o direito de frequentar a escola mesmo que seus pais não queiram[43].

Muito da visão daqueles que apoiam a prática dessa educação básica domiciliar é norteada por conservadorismo em relação aos valores familiares, religiosos e ideológicos que a educação proporcionada pela escola e suas equipes pedagógicas poderiam vir a abalar, contestar.

Tão logo, discordando ou entendendo a educação escolar como contrária a educação doméstica, surge no Brasil em 2010, uma organização civil em prol da "liberdade de educar seus filhos", a Associação Nacional de Educação Domiciliar – ANED, que em seu site[44] discorre sobre como se dá a criação do grupo

> No segundo semestre de 2010, na cidade de Belo Horizonte, um pequeno grupo de pais, **insatisfeitos com a educação que seus filhos estavam recebendo nas salas de aula**, começam a se encontrar para discutir a questão. Após alguns poucos meses e algumas conversas, **decidiram retirar suas crianças da escola** e ainda

[43] Ver: https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Pesquisa_Educacao_valores_e_direitos_-_Editado_03_0109_FINAL_-_PowerPoint.pptx_2.pdf . Acesso em 18 jan. 2023.

[44] Ver: https://www.aned.org.br/index.php/sobre-nos/nossa-historia-aned . Acesso em 18 jan. 2023.

> permitiram-se ir além. Organizaram-se em uma associação a fim de pleitear junto às autoridades a regulamentação da ED no país. (ANED, 2023, grifos nossos).

Segundo o site da associação, aproximadamente 35 mil famílias realizam a educação de suas crianças em casa, atingindo a marca de 70 mil estudantes entre 4 e 17 anos de idade no *homeschooling*. Ainda segundo a ANED, há praticantes em todos os estados do país, mesmo sem haver regulamentação do ensino domiciliar no país. Assim, essa associação atua pela legalização da modalidade por órgãos federais, estaduais e municipais, logrando êxito no Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina, porém, sem a regulamentação federal, essas legislações não têm força.

Responsáveis pelos menores em educação domiciliar podem responder criminalmente por abandono intelectual, crime previsto no Código Penal com punição de até um mês de detenção, além de multa. Risco aceito por famílias que acreditam serem capazes de realizar a função mediadora, crítica, pedagógica, promotora de sociabilidade, de exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho que a educação assim definida pela Constituição Federal de 1988, colocou enquanto dever conjunto do Estado e da família.

As verdades trazidas pela ciência, pensadas por meio do currículo para serem abordadas nas salas de aula pelos profissionais da educação básica, são conhecimentos que precisam do processo intelectual de formação pedagógica abarcado nas licenciaturas, da técnica aperfeiçoada nos estágios docentes e do *corpus* organizacional que envolve toda a comunidade escolar.

Seria a escola, o convívio com demais crianças/adolescentes ou os professores e professoras ameaças ao bem-estar dos jovens? Ou as escolas continuam a ser um espaço que possibilita o convívio com a pluralidade, a coletividade, a diferença e o diálogo entre nossos futuros adultos?

E, no que tange o ensino das Ciências Humanas, especialmente a História, há uma narrativa que já coloca professoras e professores historiadores como propensos doutrinadores, o que não raro levou a demissões[45], queixas e situações constrangedoras baseadas em interpretações falaciosas e manifestações de pais, mães, responsáveis que, com viés negacionista/revisionista, acreditam ser o(a) educador(a) um(a) doutrinador(a).

---

[45] Apresento alguns exemplos: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/ato-em-santo-andre-repudia-demissao-de-professora-acusada-de-doutrinacao/; https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/professor-criticado-filme-ditadura-santa-cecilia-homenagem-estudantes.html; https://www.terra.com.br/nos/professor-e-demitido-de-colegio-particular-apos-usar-tirinha-sobre-policia-em-prova,6ed204cb047695d1dfa1ca03348a21ddeplqdous.html . Acesso em 23 jan. 2023.

Particularmente, para o ensino de História e as falas sobre os acontecimentos históricos que o currículo e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC indicam, os alunos devem ser estimulados a fazer uma leitura crítica dos fatos históricos através da promoção de uma "atitude historiadora" que possibilite um diálogo entre passado e presente. De acordo com a BNCC, é preciso "transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e das sociedades em que se vive" (BRASIL, 2018, p.401).

O diálogo entre passado e presente e no ensino de História é o caminho oposto de uma fantasiosa ideia de doutrinação. A educação histórica real é um pedagógico exercício sobre as nossas dores e as dores dos outros, desenvolvendo debates que convertem desigualdades e exclusão em apreço à democracia, ao bem comum e a prática da conscientização sobre o tempo presente.

Ensinar História é estabelecer uma relação de sentidos e desnaturalizar relações de poder e de subordinação construídas de forma a atuar nos elementos deste passado que ecoam no hoje. É o hoje que cria e o ontem, inclusive ao pensar o enfoque trazido em certos temas de nossa História, como é o caso do Golpe Civil-Militar de 1964.

E versões deliberadamente produzidas para negar o passado, sobretudo, sobre nosso passado Ditatorial, passam a ser consideradas como meras versões divergentes deste passado, como um conhecimento histórico que traz uma versão antes "ocultada". Essa manipulação do passado, coloca as memórias individuais como contraponto ao conhecimento histórico escolar, científico e vem ganhando no Brasil, cada vez mais ouvintes.

> Mateus Pereira (2015) chama atenção para o fato de que, nos últimos anos, pudemos assistir, mais do que a uma disputa de memória, ao recrudescimento dos discursos negacionistas e revisionistas, disseminados em uma espécie de rede da "negação" no espaço público através da internet; local promissor para uma verdadeira "guerra" de memórias "sobre a Ditadura Militar nas suas inter-relações entre o 'virtual', o 'atual' e o 'real'". (Pereira, 2015, p. 869 *apud* Meneses, 2021, p.74, grifos do autor).

Compreender como o papel da social da escola, dos professores e professoras e do ensino de História vivenciam ataques via redes sociais, sites, vídeos, textos e discursos que tem sua produção pensada de maneira deliberada para manipular o passado em prol das pautas negacionistas é substancial para nossa educação básica, pois quando essas narrativas são absorvidas por nossas alunas e alunos seja dentro das redes sociodigitais ou em um contexto ideológico-familiar, têm-se voltado em investidas contra o fazer historiográfico em nossas salas de aula.

> No Brasil de hoje, as ameaças à educação não cansam de confirmar a hipótese adorniana de que é possível estar atrasado "de um modo *peculiarmente disforme* em relação a sua própria civilização". Se, como afirma o filósofo, os impulsos destrutivos são inerentes à própria civilização, precisamos nos convencer de que as lutas educacionais não podem cessar. As ameaças à educação brasileira exigem a nossa energia para pautar um debate público que, infelizmente, tem se mostrado quase sempre superficial e perigosamente homogêneo, dominado pelos discursos eficientistas do empresariado e de suas assessorias educacionais. A luta por escolas públicas democráticas, inclusivas, laicas e com liberdade de ensinar depende de nossa disposição para defender projetos educacionais radicalmente democráticos ante o que hoje, na educação brasileira, ganha evidentes contornos de barbárie. É preciso desbarbarizar a educação. (CÁSSIO, 2019, p. 14, grifos do autor).

Nos últimos anos, a classe de historiadores e historiadoras que atuam dentro do professorado brasileiro, além de observar o avanço de narrativas negacionistas de nossa História, revisionismos de cunho político-partidário de ideologias de extrema-direita e assédios ao direito à educação formal de nossos jovens, também lida com perseguições, violência psicológica e descrédito, em especial, da produção histográfica que apresenta os acontecimentos terríveis dos 21 anos em que vivemos sob o regime de Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido, desde a sua formação, é preciso que as/os profissionais de História sejam preparados para ampliar as aplicações da formação e operacionalização historiográfica, para lidar com tantas intempéries e também, podendo levar até o "chão da escola" o fazer científico destes historiadores e historiadoras que são, também, professores.

É aproximando o fazer historiográfico de quem atua no ensino superior com quem está historiando na educação básica e buscando pensar nas múltiplas operações historiográficas que esta interlocução pode realizar na nossa sociedade para combater essas falsificações, que mesmo vindo de diferentes frentes, terminam atingindo não só os espaços das salas de aula, mas também a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira e sua relação com as ideologias e perspectivas políticas passam por um movimento de afirmação de valores moralistas, neoliberais, negacionistas – particularmente, sobre o Golpe Civil-Militar de 1694 – e que, a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2011, somando-se as Jornadas de Junho de 2013 e ao Golpe Parlamentar de 2016, passaram a pautar o debate público.

Amplo espaço para que negacionistas, movimentos anticientíficos e revisionismos históricos propaguem seus ideais e conquistem adeptos e apoio, que chega a ser até mesmo institucionalizado nos espaços governamentais do Brasil – a eleição de Jair Messias Bolsonaro promove à extrema-direita e as pós-verdades um caráter discurso oficial – é a produção de conteúdo com este viés que é compartilha por meio do YouTube.

Longe de dar respostas, essa pesquisa buscou fazer perguntas, levantar hipóteses e questionamentos, buscando analisar a utilização do YouTube como espaço de disseminação de narrativas voltadas ao conservadorismo, primordialmente, sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, onde visando negar o Golpe por meio das suas ideologias, entre outras pautas, por um canal que aborda acontecimentos históricos negando a própria historiografia destes.

A partir das vivências em sala de aula, em que o estudo desse tema no Ensino Básico: Fundamental II – 9º ano e, particularmente no Ensino Médio, enfrenta narrativas de estudantes que, cada vez mais, refletem a absorção de explanações manipuladoras desse acontecimento histórico, refletindo como nosso passado autoritário está cada vez distorcido nas percepções de jovens alunas e alunos, graças as apropriações dessas perspectivas.

O produto educacional apresentado no apêndice dessa pesquisa busca trazer ao contexto educacional de docentes na disciplina de História, principalmente nos últimos ciclos do Ensino Básico – particularmente, Fundamental II – 9º ano e para Ensino Médio, uma possibilidade – ainda que simples – de refletir conjuntamente com os/as estudantes em sala de aula, de forma a ser aplicável em diferentes realidades e contextos sociais da rede pública/privada, ambicionando ser uma proposta de ensino enquanto

> [...] resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado. (BRASIL, 2019, p. 16)

Assim, a aplicabilidade de uma Oficina Didática que traga os falseamentos, as mudanças de pensamento e os percursos educativos que permitem uma desconstrução e combate de desinformação e revisionismos acerca de nosso Golpe Civil-Militar em sala de aula é um desafio que buscamos abarcar. O remédio contra tantos ataques não está dado, pronto, mas acreditamos passar pela visão da escola enquanto espaço para o debate de ideias, promoção de pesquisas e causando ampla instrução de saberes.

Os abusos, negações e revisões de cunho ideológico são opostos ao trabalho que é realizado nas operações historiográficas voltadas para a produção de uma narrativa científica-histórica sobre o passado. Ampliar esse fazer-ciência da História e trazer para as salas de aula do Ensino Básico o debate de como se faz a História e como essas apropriações de narrativa que usam a História para manipular, negar e induzir são prejudiciais ao próprio pensar democrático no Brasil é inadiável.

A linguagem tecnológica acompanha grande parte do público de nossas escolas desde seu nascimento, que conhece e usa com tranquilidade termos, objetos, plataformas, etc. que as gerações anteriores precisaram aprender. Arquivos são guardados na nuvem, os notebooks são os atuais cadernos e o Google tem respostas para grande parte das suas dúvidas.

A percepção do passado no presente é pautada pelas perguntas, provocações e pautas que mostram que não existe um lugar estático para os acontecimentos do ontem. Quem pode dizer quando o passado passa? O presentismo de nossas ações contemporâneas é fruto de uma sociedade cada vez mais rápida, conectada e tecnológica. A educação histórica em nosso país precisa lidar com a inevitabilidade da velocidade com que se produzem pós-verdades, *fake news* e negações das dores, sofrimentos, crimes, violências e Golpes em nossa História.

Afirmações falsas reiteradamente repetidas não podem se tornar narrativas de verdade. O contexto no qual a escola, os(as) alunos(as) e suas famílias estão inseridos influencia e é influenciado pelas transformações de uma época onde a mudança é quase instantânea. Nos debates, os conceitos de modernidade, pós-modernidade, pós-verdade, ciberespaço traduzem a vivência de uma sociedade na qual tudo é transitório. Ela está em acentuada transformação e em busca de alternativas. Inclusive para o conhecimento.

A Escola como instituição, historiadoras e historiadores que estão no ensino básico, nos arquivos, na academia, mas que atuam como tem de combater a pandemia da desinformação que nos acomete todos os dias. A História é feita por nós. E as apropriações do passado, os ataques que, de diferentes formas, seguem nos atingindo, devem também, ser combatidas por nós.

O produto pensado em forma de oficina didática que consta no apêndice desse trabalho tenta abranger de forma humilde e esperançosa públicos de Ensino Fundamental II – anos finais e do Ensino Médio seja nas redes particulares de ensino ou na rede pública, visto que, havendo disponibilidade de acesso à internet, smartphones e projeção em tela para que estudantes da turma aonde venha a ser aplicada possam visualizar o material apresentado e o jogo desenvolvido, acontece a oficina.

A professora-pesquisadora e autora deste texto lida melhor hoje com os jovens negacionistas do que quando ao início da caminhada do mestrado. Buscar compreender este fenômeno e seu alcance dentro "dos muros da universidade", para assim poder combatê-lo no espaço diverso que é o "chão da escola" foi a força motriz que me conduziu e que, espero, possa auxiliar aqueles que lerem meu trabalho.

Essa pesquisa, distante de ser definitiva, é a contribuição de uma historiadora-professora sobre aquilo que a incomodou em sala de aula: nosso futuro negando o nosso passado. E, buscando aprender e com isso, e contribuir de maneira didática sobre um incomodo que ela crê não ser apenas com ela, teve como propósito entender para enfrentar, para que novos golpes não surjam como resposta aos que estão sendo, hoje, negados.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, R. C. Jornalismo digital: Dez anos de web… e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 93–102, 2006. DOI: 10.17231/comsoc.9(2006).1157. Disponível em: https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1217. Acesso em: 20 dez. 2022.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, nº 87, pp. 161-184, 2021.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. "O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea". **Varia História**, v. 32, n. 60, 2016.

BARBOSA, Cibele. Revisionismos e crimes contra a História. *In:* SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 305-308.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Caso Lava Jato:** Entenda o caso. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 10 jan. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Bolsonaro sanciona Lei que regulamenta a profissão de historiador (Notícia). *In:* **Café História**. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/. Publicado em: 18 ago. 2020. ISSN: 2674-5917.

CARVALHO, W.; CARVALHO, L. M. O. Educação para o Entendimento da População sobre Ciência e a Responsabilidade Científica: Reflexões em Meio a uma Pandemia. **Ciência & Educação (Bauru),** Bauru, v. 26, e20017, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132020000100100&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Out. 2022.

CÁSSIO, Fernando. Apresentação - Desbarbarizar a educação. *In:* CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p.13-19.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e Consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Aryana Lima; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. **Sæculum – Revista de História**, n. 16, 2007.

COSTA, Camila. Novos Golpes, velhas práticas: direito à informação, memória e reparação. *In:* GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). **Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise.** Campinas: Pontes, 2019.

COSTA, Pietro. 'Dizer a verdade': uma missão impossível para a historiografia?. **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 250 - 273, dec. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78730>. Acesso em: 09 jan. 2023. doi:http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78730.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo: Anpuh, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90. Acesso em: 8 jul. 2021.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) **O tempo do regime autoritário:** ditadura militar e redemocratização: quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

____, Quem escreve a História: a qualificação do historiador. *In:* Jaime Pinsky; Carla Pinsky. (Org.). **Novos combates pela História**: desafios, ensino. 1ed.São Paulo: Contexto, 2021, v., p. 25-50.

FIORUCCI, R. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 125, p. 110-121, 2011.

FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 45-63, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79826/77423>. Acesso em: 24 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade. 23ª** ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismo e apropriações. *In:* PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela história:** desafios-ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENARI, Élton Rigotto. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar: por uma prática politizante**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.

HARTOG, François. Como escrever a história da França hoje? **Revista de História Social**, Campinas-SP, n. 3, p. 127-154, 1996. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/89/84.

_____ . **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). **Les usages politiques du passe**. Paris: EHESS, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

MARQUEZ, Allan Cancian; LIMA, Fábio Luiz Malini de. **A nova cara da direita no Brasil:** um estudo sobre o grupo político MBL - Movimento Brasil Livre. *In:* SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS, 1., 2017, São Paulo. [Trabalhos apresentados]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. 1-22.

MARQUES, Janote Pires; GRAÇA, João Wilame Coelho. **Elementos sobre a cientificidade da história no século XIX**. *In:* VASCONCELOS, José Gerardo; MOTA, Bruna Germana Nunes; BRANDENBURG, Cristine (orgs.). Filosofia, cultura e educação. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 103-116.

MAGALHÃES, Marcel ... et al. (org.) **Ensino de História.** Usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2014.

MELLO, J. da S. B. de. O cotidiano, os "regimes de historicidade" e a memória. **Revista Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 8, n. 19, p. 236-253, 2016.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História** [online]. 2021, v. 41, n. 87 [Acessado 9 Janeiro 2023], pp. 61-87.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-05>. Epub 02 Jul 2021. ISSN 1806-9347. https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-05

MILMAN, Luís. **Negacionismo:** gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. *In:* MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). Neonazismo, negacionismo e extremismo político. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Corag, 2000. pp. 123-164.

MORAES, Luís Edmundo De Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH: São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856588_cde68979771629910b179844b1dec201.pdf

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Negacionismo histórico. *In:* SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 216-219.

_____, Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História:** desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

NETO, O. C. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história**. Revista Antíteses**, v. 2, n. 4, pp. 1097-1123, Dez. 2009.

NIELSEN, J. Banner Blindness: Old and New Findings. Jakob Nielsen's Alertbox, 2018. Disponível em: <http://www.useit.com/alertbox/banner-blindness.html>. Acesso em: 12 dezembro. 2022.

ORÇO, Claudio Luiz; GANDOLFI, Gabriele Juli; TUZZI, Vivian. O ensino de história na contemporaneidade: metodologias e linguagens. *In:* **Unoesc & Ciência - ACHS**, v. 5, n. 1, p. 93- 100, 6 jun. 2014.

PENNA, Fernando de A. "A relevância da didática para uma epistemologia da História". *In:* MONTEIRO, Ana Maria (org). **Pesquisa em ensino de história:** entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. 'Escola sem partido' como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *In:* MACHADO, A. R. de; TOLEDO, M. R. de A. (org.) **Golpes na história e na escola**: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez ANPUH-SP, 2017. p. 247-260.

_____. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, 2018.

PEREIRA, M. H. de F.; PEREIRA, A. C. I. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e descontinuidades. **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**, v. 30, p. 197-220, 2011.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on--line**. São Paulo: Summus, 2018.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

QUEIROGA JÚNIOR, T.; DULCI, T. "Professores-Youtubers": análise de três canais do youtube voltados para o ensino de História. **Escritas do Tempo**, v. 1, n. 1, p. 04-29, 2019.

RAMOS, B. V.; MOREIRA, L. Ingredientes de um Golpe Parlamentar. *In:* PRONER, C. et. al. (Org.) **A Resistência ao Golpe de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 57-60.

RAMOS NETO, João Oliveira; SÁ, Júlya Pereira de. Ensino de história e educação não formal: o fenômeno das videoaulas do youtube. **Tecnia**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 170-184, 2019.

REIS, José Carlos. **História e teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FVG, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil:** do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão.** Santa Cruz do Sul: UNISC. 2019.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet.** 1ª Edição. ed. Meridional: Porto Alegre, 2019.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para Youtube e podcasts. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021, p. 175-197.

ROQUE, Tatiana Marins. **O negacionismo no poder:** Como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. Revista Piauí, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>
Acesso em: 03 jan. 2023.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica:** fundamentos e paradigmas. Tradução: Caio C. Pereira, Daniel Martineschen, Peter H. Rautman, Sibele Paulino. Colaboração: Ingetraud Rüsen. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

_____, **Razão histórica. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Tradução: Estevão de Rezende Martins. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

_____, **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SENRA, Ricardo. **Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista**. 4 abr. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978. Acesso em: 09 jan. 2023.

SILVA, L. **A inteiratividade da comunicação institucional por meio das mídias sociais digitais: Twiter.** Manaus: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2018.

SOUZA, R. F. DE; ALDEIA DUARTE, R. Sobre fake news e fake History. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 3, p. 321-338, 30 set. 2021.

TELES, Edson e QUINALHA, Renan (orgs.). **Espectros da Ditadura.** Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELLES, A. **A Revolução das Mídias Sociais: Cases, conceitos, dicas e ferramentas.** São Paulo: M. Books. 2019.

TÉTARD, Philippe. **Pequena História dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **Problematizar o tradicional para encontrar o novo:** o ensino de História no quadro das tendências historiográficas. *In:* **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 1, p. 323-347, 2016.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica:** A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____ . **História e mídia:** as apropriações do passado numa escrita de fronteira. (p. 63-77). *In:* REIS, Tiago Siqueira, et al. Organizadores. Coleção história do tempo presente: volume 1, Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. 250p.

SOUZA, Mariana. J. de. GOLPE/IMPEACHMENT – UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A SIGNIFICAÇÃO DO MESMO. **Cadernos do IL**, [S. l.], n. 56, p. 257–272, 2018. DOI: 10.22456/2236-6385.83552. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/83552. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOUZA, Jessé. A herança do golpe. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SCHURSTER, Karl. A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. **Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 423-440, 2015.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira.** Tradução: Ítalo Tranca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

TÉTARD, Philippe. **Pequena história dos historiadores.** Bauru: EDUSC, 2000.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. **Negacionismo Histórico**: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. Revista Cult, São Paulo, pp. 1-5, 3 set. 2020.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Apresentação. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, **Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL**. YouTube, 16 de out. de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8&ab. Acesso em: 05 jan. 2023.

VIDAL-NAQET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Ed. Papyrus, 1988.

WASSERMAN, S.; **FAUST, K. Social Network Analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge University Press. 2019.

Apêndice

# FATO OU FAKE:

## A Escola a serviço da Verdade

Oficina Didática

# Apresentação

Com o surgimento e popularização da Internet e das redes sociais – veículos de informação que favorecem a disseminação de percepções, notícias e informações falsas – esse problema tem se agravado de maneira desastrosa.

Os negacionismos, revisionismos ideológicos do passado, somados ao imediatismo do consumo de (des)informações e o grande volume de compartilhamentos de textos fragmentados nas redes sociais, acaba potencializando as problemáticas que envolvem passados sensíveis – a exemplo do Golpe Civil-Militar no Brasil.

Com isso, as publicações e vídeos que conduzem seus consumidores a absorção e reprodução de discursos que negam a historiografia produzida sobre tal período de nossa História, conseguem se sobressair no meio das fontes e relatos, uma vez que não precisam expor informações detalhadas que favoreçam a investigação da veracidade do que apresentam.

Nos últimos anos palavras antes desconhecidas como "fake news", que são formas de denominar essas antigas formas de negar a verdade dos acontecimentos do passado, ganharam muita visibilidade e suas consequências estão sendo fortemente perceptíveis pela população.

Nesse sentido, torna-se importante trabalhar esse fenômeno no contexto escolar e comunitário, auxiliando na compreensão e na ação social e política. Outrossim, é importante mencionar o espaço escolar como determinante para a ação nesse contexto, uma vez que a escola, como lugar de acesso e construção de conhecimento, como também de manifestações culturais, desempenha um papel relevante na sociedade, à medida que introduz os jovens no universo do saber, da cultura, da criticidade e da investigação científica.

Dessa forma, desejando discutir e construir cada vez mais conhecimentos sobre as "fake news", em uma sociedade tão vulnerável à desinformação como a brasileira, e em especial, no espaço do "chão da escola", essa oficina didática propõe estimular a discussão sobre a problemática das "fake news" aplicadas ao revisionismo e negacionismo ideológico em torno do Golpe Civil-Militar no Brasil, buscando descobrir/entender suas características e construir conhecimentos para reconhecer a (in)veracidade dessas publicações, notícias e vídeos, promovendo ao corpo estudantil o desenvolvimento de uma criticidade e conscientização que busca estabelecer a conexão entre a escola e a sociedade.

## Objetivo geral

Implementar uma oficina didática com o propósito de estimular a discussão da problemática das Fake News enquanto ferramentas de negação da historiografia, promovendo ao corpo estudantil o desenvolvimento de uma criticidade e conscientização visando aprimorar o diálogo entre o conhecimento escolar e as questões atuais de nossa sociedade envolvendo o Golpe Civil-Militar no Brasil.

## Objetivos específicos

- Conhecer a origem do termo "fake news" e sua relação com negacionismo ;
- Aprender a identificar uma publicação falsa ;
- Ensinar e garantir aos participantes como checar a autenticidade de uma informação e as implicações éticas, sociais e jurídicas do compartilhamento de notícias falsas.

## Carga horaria

- 4 horas

## Recursos

- Computador e projetor de imagens ;
- Wi-fi disponível para os participantes ;
- Celular ou tablet para os alunos ;
- Canetas de quadro branco e blocos de anotações.

# Problematização

**“QUEM NUNCA RECEBEU UMA 'FAKE NEWS' NO ZAPZAP, NÃO É?**

Mas, alguém já se perguntou quem as produz? O que é e onde surgiu o 'Fake News'? Como identificar uma notícia falsa? Quais os perigos do compartilhamento desse tipo de (des)informação perante a lei? É possível 'mentir' sobre acontecimentos históricos?

As respostas para essas e mais perguntas que estão na nossa cabeça poderão ser encontradas na oficina **“FATO OU FAKE: A ESCOLA A SERVIÇO DA VERDADE”**. E, claro, vamos testar se poderíamos cair em uma dessas “ciladas” cibernéticas através de games!”

# Fundamentação teórica

O historiador francês Marc Bloch (um dos fundadores da escola dos Annales, judeu, assassinado pelos nazistas em 1944), em seu ensaio, publicado em 1921, intitulado *Réflexions d'Un Historien Sur les Fausses Nouvelles de la Guerre*, (“Reflexões de um historiador sobre a notícias falsas da guerra”), destacou-se com o seu detalhamento histórico em relação às publicações falsas, e alertava para o caráter perigoso dessas publicações :

> O erro não se propaga, não se amplifica, não vive a não ser sob uma condição : encontrar na sociedade na qual ele se espalha um caldo de cultura favorável. Nela, inconscientemente, os homens experimentam seus preconceitos, seus ódios, seus temores, todas as suas emoções fortes. Somente os estados d'alma coletivos tem o poder de transformar uma má percepção em um boato (BLOCH, 1921 apud JOANILHO, 2014, p. 1-2).

Visando a construção coletiva de saberes, através da troca de experiências e reflexões, tornando a sala de aula num local onde se constrói conhecimento e procurando tornar a sala de aula num espaço saudável, onde se possa motivar os alunos e promover um trabalho de grupo ou individual, em que estão presentes o respeito, a solidariedade, a escuta e aceitação de opiniões diferentes, valores tão considerados pela sociedade.

A escolha da oficina didática enquanto instrumento para realização desta intervenção em sala de aula justifica-se pelo fato da "A oficina é uma modalidade de ação, que necessita promover a investigação, a ação, a reflexão ; combinar o trabalho individual e tarefa socializada ; garantir unidade entre a teórica e a prática" (Cuberes apud Vieira & Volquind, 2002, p.11). Assim, é suposto que todo esse processo pode estimular nos alunos em suas capacidades de participação, de iniciativa e de reflexão. Acredita-se que a aprendizagem é um processo ativo, e o desenvolvimento de atividades de quem aprende é a característica mais importante deste processo.

# Metodologia

Convidar os estudantes a participar da oficina didática, por meio de divulgação interna na escola. Através de exposição de slide, apresentar o questionamento :

**“O QUE É UMA FAKE NEWS?”**

As alunas e os alunos que desejarem, poderão se dirigir ao quadro e escrever as ideias que possuem enquanto resposta para essa provocação. As respostas permanecerão no painel até o final da oficina para efeito de reflexão e comparação entre os conhecimentos prévios dos alunos com os conhecimentos adquiridos nas discussões do conteúdo na etapa seguinte.

Por meio da apresentação de slides, através da plataforma Prezi, contendo a definição de “Fake News” e qual o objetivo da criação destas. E como identificar uma “fake news”? E se a divulgação desta notícia falsa adiante é crime. Será analisado se essa produção de notícia é algo relativamente novo, como também, a repercussão desta perante a perspectiva de direitos humanos e a relação destas com visões de mídia sensacionalistas, de extrema-direita, negacionistas.

## Finalização

Este é o momento da apresentação do produto dos estudos realizados na oficina e do processo inerente do educar, que é o avaliar, onde busca-se por meio da gamificação a testagem dos aprendizados promovidos na oficina. Com utilização da plataforma Kahoot, os alunos e alunas do ciclo de Ensino Fundamental II – 9º ano e Ensino Médio deverão socializar a atividade pesquisando, analisando e verificando se as assertivas apresentadas possuem respaldo ou são "fake news" sobre o Golpe Civil-Militar no Brasil.

## Avaliação

O professor deverá avaliar o aluno de forma contínua e processual, ou seja, acompanhando-o por meio de observações o desenvolvimento de cada atividade solicitada, porém, sugere-se como identificador do processo de aprendizagem e avaliação através de quis e gamificação, a testagem dos aprendizados promovidos na oficina através do game Kahoot solicitados atribuindo conceitos de aproveitamento.

# Links com material (slides e jogo)

**Prezi** https ://prezi.com/view/gNcjaNPXqw14vOvl3zHH/

Se trata de um software gratuito de apresentação de conteúdo parecido com o Microsoft Power Point, porém sua forma de funcionamento é mais dinâmica e utiliza conceitos do mapa mental para fazer as apresentações. A apresentação como um todo é um grande slide, onde os tópicos ficam em determinados pontos deste slide e ao passar pelos tópicos o slide dá zoom ou tem algum outro efeito parecido. O dinamismo da apresentação busca sair do comum e criar um maior interesse pelo assunto, pois suporta a inserção de ilustrações ; fotografias ; gráficos e vídeos.

**Kahoot** https ://create.kahoot.it/share/fato-ou-fake/743d5b53-210d-48ad-ae29-5556591b7400/

Trata-se de uma plataforma com a versão gratuita para a Educação que permite criar, aplicar e compartilhar os resultados de questionários (Quiz ou Survey) em sala de aula ou como complemento ao trabalho realizado. A aplicação de questionários pode ter vários objetivos, que poderão, ou não, incluir algum tipo de competição, possibilitando transformar a avaliação em um jogo.

# Referências


ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo : Summus, 1995.

BRASIL. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal**. Brasília, DF :
Senado Federal. Disponível em : https ://www.camara.leg.br. Acesso em : 23 de jan. 2023

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS (IFLA) ; CUNHA, Denise. **Alternative facts and fake news – verifiability in the information Society, portuguese version**. 2017. Disponível em : https ://repository.ifla.org/handle/123456789/229 Acesso em : 23 de jan. 2023

JOANILHO, A. **Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da web**. Drops, São
Paulo, v. 14, 2014.

NAGUMO, E.. ; TELES, L. F. ; SILVA, L. de A. Educação e desinformação : letramento
midiático, ciência e diálogo. **ETD - Educação Temática Digita**l, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 220 – 237, 2022. DOI : 10.20396/etd.v24i1.8665292.

OLIVEIRA, A. S. ; GOMES, P. O. Os limites da liberdade de expressão : fake news como
ameaça a democracia. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 93-118, 20 dez. 2019.

VIEIRA, Elaine ; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino** : O quê? Por quê? Como? 4. ed.
Porto Alegre : Edipucrs, 2002.